

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA



MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**REPRESENTAÇÃO SUBSTANTIVA DAS MULHERES: LEGISLADORAS
VOTAM DIFERENTE DE SEUS COLEGAS HOMENS?**

Mariana Stussi Neves

Matrícula: 1310835

Orientador: Prof. Claudio Ferraz

Novembro de 2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA



MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**REPRESENTAÇÃO SUBSTANTIVA DAS MULHERES: LEGISLADORAS
VOTAM DIFERENTE DE SEUS COLEGAS HOMENS?**

Mariana Stussi Neves

Matrícula: 1310835

Orientador: Prof. Claudio Ferraz

Novembro de 2017

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”

As opiniões expressas neste trabalho são de opinião exclusiva da autora.

Agradecimentos

Aos meus pais, Maria Elizabeth e Alexandre, por me proporcionarem os privilégios de uma trajetória repleta de apoio, amor e carinho.

À minha irmã, Fernanda, por ser espelho do futuro e companheira de viagem, e o melhor encosto de cabeça de carro.

Aos meus amigos, que fazem parte de mim e por fazerem a caminhada valer a pena. Em especial, Julio, Isabela, Felipe e Victor, que foram também mentores.

À Mikhaila, por me incentivar em cada degrau, e por não me deixar olhar para baixo.

“Todas nós seguimos em frente quando
percebemos como são fortes
e admiráveis as mulheres
à nossa volta.”

(Rupi Kaur)

Sumário

1. Introdução	6
2. Revisão da Literatura.....	9
3. Dados	17
3.1. Descrição dos dados	17
3.1.1. Dados de votação eletrônica e proposições.....	17
3.1.2. Características dos Deputados	17
3.1.3. Base Construída	18
3.2. Análise e tabelas descritivas	19
4. Metodologia.....	24
4.1. Escolha das Proposições e Temas	24
4.2. Teste de médias	26
4.3. Especificação do Modelo	28
5. Resultados	30
6. Conclusões.....	35
7. Referências Bibliográficas	37
8. Apêndice	39

1. Introdução

Diferenças sociais de gênero culminaram no protagonismo masculino frente à marginalização das mulheres em âmbitos diversos, que durante a maior parte da história, tiveram seus direitos negligenciados. Desde o século passado, contudo, a luta pela igualdade de gênero ganhou força e as relações humanas vêm sofrendo transformações, tanto na esfera privada quanto na pública. Avanços significativos foram obtidos em áreas importantes como acesso à educação, saúde e redução na mortalidade¹.

No entanto, o mesmo progresso se mostrou mais difícil de alcançar no âmbito da política. Apesar da conquista do direito ao voto, a sub-representação das mulheres ainda é evidente, relativa a sua parcela na população. As estatísticas referentes à participação política feminina e a lenta taxa na qual ela avança sugere a permanência de barreiras para a entrada de mulheres na vida pública².

A composição do legislativo nacional está distante de ser um espelho da heterogeneidade demográfica brasileira. O caso brasileiro é um dos mais acentuados, sendo o 155º colocado no ranking de mulheres no parlamento no mundo³. Embora o desequilíbrio entre cadeiras ocupadas por homens versus ocupadas por mulheres no parlamento seja histórico, houve esforços com o propósito de combater essas distorções.

Em 1995 o Brasil adotou pela primeira vez uma política de cotas para as candidaturas de mulheres a cargos do legislativo. Apesar da adoção da lei, ela se mostrou ineficaz e passou por modificações a fim de aprimorar sua efetividade. No entanto, de 6,3% mulheres eleitas na Câmara em 1994, o percentual subiu para apenas 9,9% em 2014⁴. Os números sugerem que a lei ainda é insuficiente para garantir a presença deste grupo no congresso nacional.

A manutenção dessa assimetria levanta questionamentos em relação às implicações da exclusão política das mulheres e se ela afeta o funcionamento do regime democrático, em especial na tomada de decisões de políticas relevantes para este grupo. Considerando

¹ Mulheres do Mundo, Divisão de Estatística do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, 2015

² Inglehart e Norris, 2000

³ IPU, 2017

⁴ TSE, 2017

que a plataforma política é o espaço no qual os direitos da sociedade civil são em sua maioria concebidos e modificados, e no qual se criam leis e mecanismos de proteção aos cidadãos, a fraca presença de um grupo nesse espaço pode se traduzir no não atendimento de suas demandas específicas.

A noção de que a representação descritiva de determinado grupo, isto é, sua presença no governo, assegura necessariamente sua representação substantiva, que se refere a agir pelos seus interesses, é contestável. (PITKIN, 1967). Existem muitos fatores que influenciam o processo de tomada de decisão e a formulação de políticas, e as preferências do eleitorado é apenas um deles. Teóricos desenvolveram diversos modelos de processo eleitoral e políticas formuladas, mas, por sua dificuldade de aplicação na realidade, modelos são limitados.

Não obstante, pesquisadores se dedicaram ao estudo dos fatores causais da tomada de decisão política. As evidências empíricas apontam que preferências do eleitorado, de distrito, influência partidária e ideologia pessoal do representante importam (Levitt, 1996). O papel que cada um desempenha ainda não está claro, visto que dependendo do que está em pauta um fator pode ter mais peso que outro (Snyder e Groseclose; Ansolabehere, Snyder e Stewart; Hibbing e Marsh). Em votos livres, por exemplo, características pessoais se mostraram um preditor melhor para as votações nominais no espaço legislativo.

Em vista do efeito das características pessoais sobre políticas, estudiosos levantaram a hipótese de gênero afetar as preferências tanto do eleitor quanto do legislador, encontrando resultados positivos para ambas as hipóteses (Inglehart e Norris; Edlund e Pande). Seguindo nessa linha, evidências também sugerem que a maior participação de mulheres no corpo legislativo modifica as políticas formuladas, particularmente a favor das mulheres (Jones; Pande; Chattopadhyay & Duflo; Chen), embasando o argumento de que uma maior representação presencial traz maior representação substantiva.

A extensão da generalização desses estudos é ainda desconhecida, dado que os padrões legislativos de mulheres não foram muito explorados fora de certas circunstâncias favoráveis, como bem apontam Robinson e Heath (2003). Os estudos realizados sobre o tema na América Latina foram poucos em relação à literatura existente sobre os países desenvolvidos. Mesmo os estudos sobre a Índia são difíceis de generalizar, país que, apesar de estar em desenvolvimento como o Brasil, adota um sistema de cotas

e possui uma cultura completamente diferente, ambas condições que certamente afetam a forma como as políticas são concebidas.

O presente estudo busca preencher essa lacuna e expandir os resultados encontrados sobre mulheres legislarem diferente de homens para a realidade do Brasil. Além de ter um nível de desenvolvimento muito diferente de alguns países amplamente estudados, como Estados Unidos e Reino Unido, as particularidades que suas mulheres enfrentam no sistema político estendem o conhecimento a países que tem representação de mulheres quase simbólica em seu Congresso, dada sua baixa porcentagem (9,9%).

Nesta pesquisa visou testar se gênero possui efeito causal no voto das deputadas. A partir da literatura existente, filtrou os projetos de lei pelos temas nos quais as evidências apontam ser preferência das mulheres, sendo eles educação, saúde e direitos humanos. Controlando por outros fatores que podem afetar o voto dos legisladores, como afiliação partidária e estado, e rodou uma regressão na qual gênero é a variável explicativa de interesse e voto é a variável dependente.

Gênero não se apresentou como preditor significativo para nenhum dos temas na especificação completa da regressão. Nas proposições de direitos humanos, a variável mostrou significância nas especificações do modelo que não controlavam para partido. Os resultados são similares aos de estudos anteriores na América Latina, onde a participação feminina no Congresso também é baixa.

Considerando as demais evidências acerca do tema, é ingênuo concluir com base nesses resultados que diferentes gêneros possuem as mesmas preferências políticas, especialmente quando não se conseguiu testar o voto em proposições que tangiam os direitos das mulheres, por motivos de falta de dados. Algumas hipóteses foram levantadas com o propósito de tentar explicar esses resultados no capítulo de conclusão. No entanto, estão restritas ao campo teórico e ainda estão sujeitas a testes em estudos futuros. Espera-se que novas pesquisas sejam feitas e que possam trazer respostas na direção das razões por trás do comportamento legislativo das mulheres.

2. Revisão Bibliográfica

Há uma vasta literatura que busca melhor compreender a questão da representatividade democrática. Em uma democracia ideal, todos teriam seus interesses representados e suas demandas atendidas. No entanto, os eleitores não tomam decisões políticas diretamente, e dependem do filtro das eleições para que suas preferências sejam transferidas para o espaço político. No âmbito teórico, modelos de competição eleitoral buscaram equacionar o processo político, em representações imperfeitas da realidade. Downs (1957), por exemplo, desenvolveu um modelo de eleitor mediano, altamente difundido, para explicar de forma bastante simplista o processo eleitoral. Nesse modelo, os candidatos se comprometem com uma política específica e o sistema de votação majoritário seleciona o resultado preferido pelo eleitor da mediana, uma vez que os políticos convergem suas políticas na tentativa de captar uma fração maior do eleitorado.

Embora existam outros modelos mais abrangentes, o sistema eleitoral é multidimensional e demasiado complexo, de modo que buscar uma compreensão perfeita do mesmo é utópico. Além disso, como qualquer ciência social, não se pode colocar os modelos à prova e testá-los na prática. Por essas limitações, os modelos de economia política se restringem ao campo teórico providenciando direcionamento a outras frentes de pesquisa. De forma complementar a eles, inúmeros acadêmicos buscam identificar empiricamente quais os elementos que afetam o processo de tomada de decisão, trazendo dados e evidências que podem proporcionar mais conhecimento e esclarecimento do processo político.

Baseando-se nos modelos teóricos de economia política, Levitt (1996) estuda as votações nominais do Senado americano e busca separar os pesos relativos que senadores atribuem a fatores que afetam uma votação. O autor assume que são quatro os principais que afetam a decisão de voto no Congresso, sendo eles as preferências gerais do eleitorado, preferências específicas de seu distrito, pressão de líderes partidários e ideologia pessoal de cada senador. Levitt desenvolve uma metodologia que estima de forma consistente os pesos na função utilidade de um senador, de modo a destrinchá-la apesar de alguns fatores não serem observáveis. As evidências empíricas mostram que ambas as preferências dos eleitores e alinhamento do partido desempenham um papel importante na predição dos padrões de votação dentro do Senado, mas que a ideologia própria do senador é apontado como determinante primário.

Em Snyder e Groseclose (2000), no entanto, os fatores que afetam o comportamento de voto no congresso variam conforme o que está em jogo. Segundo seu artigo, partido é um preditor mais forte em votações nominais de procedimentos do que em votações substantivas. Mesmo nessas questões, a influência partidária demonstra limitações: aparece mais frequentemente em resoluções econômicas de orçamento, política fiscal e limite da dívida pública nacional, por exemplo; fraca em questões morais, religiosas e de direitos civis; e inteiramente ausente quando testada para o controle de armas. Nestas questões - os chamados “votos livres” - as preferências pessoais do legislador parecem exercer mais influência sobre o voto.

Os mesmos resultados são verificados por Ansolabehere, Snyder e Stewart (2001). Comparando o comportamento nas votações nominais na Câmara dos Deputados com as preferências expressadas pelos membros do Congresso americano em pesquisas nacionais durante as eleições dos Estados Unidos em dois anos, constatam que os partidos expressaram diferenças significativas antes e depois das eleições, contrariando o teorema do eleitor da mediana. Não obstante, novamente os efeitos de partido se demonstraram restritos, estando presentes apenas nas votações de temas similares aos evidenciados por Snyder e Groseclose. Nas demais questões, as preferências individuais desempenharam um papel mais importante em explicar o comportamento de voto dos congressistas.

Na Grã Bretanha, Hibbing e Marsh (1987) corroboram com o argumento de que influência partidária perde força nos “votos livres”. Os autores britânicos alegam que nessas votações, os parlamentares votam de acordo com sua consciência pessoal e não necessariamente de acordo com um alinhamento oficial dado pelo partido. Os resultados sugerem que embora as forças partidárias ainda são presentes em votos livres, não são as únicas forças operantes. Mesmo quando presentes, na maior parte dessas votações, um ou outro partido estava fragmentado. Características dos membros do parlamento como religião, idade e escolaridade se revelaram importantes preditores de voto. Região também foi uma variável altamente explicativa nos temas votados.

As descobertas de Hibbing e Marsh, se postas ao lado dos estudos de Snyder e Groseclose, Ansolabehere, Snyder e Stewart, sugerem que os efeitos os últimos atribuíram às preferências pessoais dos legisladores sejam os mesmos que os britânicos atribuíram às características pessoais dos legisladores. Nesse sentido, características pessoais dos representantes estariam influenciando em seu modo de votar de maneira

indireta, ao contribuírem para moldar suas preferências pessoais. Até que ponto as características pessoais dos legisladores afetam suas preferências ou ideologia pessoal?

Inglehart e Norris (2003) apontam para a existência de diferenças nas preferências políticas entre homens e mulheres. No período anterior à década de 70, as mulheres eram tidas como mais conservadoras em suas atitudes e valores políticos. Contudo, o “gap” de gênero - como é chamado o conjunto de diferenças de gênero em ideologia, preferências eleitorais e opinião pública – se inverteu na era pós-industrial, quando as mulheres começaram a apresentar um alinhamento político mais à esquerda que os homens e as disparidades de gênero se acentuaram. Edlund e Pande (2002) contribuem para esta análise sinalizando existência de diferenças nas preferências políticas entre homens e mulheres nos Estados Unidos, encontrando também evidências de que o segundo grupo está mais propenso à esquerda e a apoiar o partido Democrata. No entanto, isso nada diz a respeito do comportamento político das mulheres como representantes, de forma que essas preferências poderiam se manifestar apenas nas preferências eleitorais desse grupo, afetando a configuração do corpo legislativo eleito mas não o processo de tomada de decisão.

A tomada de decisão só seria afetada pelo “gap” de gênero se as características pessoais das representantes, no caso gênero, estivessem incorporadas nas suas preferências pessoais influenciando o comportamento legislativo, e portanto, a tomada de decisão. Deste modo, a representação descritiva levaria à representação substantiva, já que as características pessoais importam na atuação política. Ainda assim, essa relação não é clara dados os elementos que estão presentes no comportamento dos legisladores, tendo que se levar em conta as demais características pessoais, segundo a literatura apresentada.

A teoria sugere que o aumento do número de representantes de grupos menos favorecidos, como mulheres, negros e pobres estimula a ação substantiva desses representantes. Vagle (2006), por exemplo, demonstra que a representação descritiva de negros aumenta a representação substantiva em questões relacionadas à cor, mas que partido ainda é um preditor mais significativo para tais questões. Há, contudo, uma preocupação de que exista um *trade-off* entre representação descritiva e substantiva, de modo que o aumento de representantes de uma minoria possa fortalecer candidatos de oposição e dessa forma gerar um congresso com maior presença de minorias mas com

menos membros totais que apoiem as pautas dessas minorias (BANDUCCI, DONOVAN & KARP, 2004).

Não obstante, Banducci, Donovan & Karp sugerem que a representação descritiva pode conferir outros benefícios para além dos ganhos com políticas substantivas para minorias. Seu estudo evidencia que uma representação descritiva aprimorada pode produzir ganhos de legitimidade como proximidade, aprovação dos representantes e aumento na probabilidade de votar dos representados, levando a crer que os efeitos totais da representação descritiva são em geral positivos.

Pande (2003) explora os efeitos de política de reserva de vagas para castas e tribos menos favorecidas na Índia, examinando a influência proveniente da representação mandatória sobre a elaboração de políticas. O autor isola o efeito da identidade do legislador sobre os resultados de política utilizando o período de atraso entre as mudanças populacionais e o ajuste do tamanho das reservas em resposta às alterações demográficas. Encontra que a reserva de vagas foi responsável em parte pelo aumento observado em políticas redistributivas direcionadas a esses grupos menos favorecidos que estavam representados. Esses resultados são evidências a favor do argumento de que a composição do corpo legislativo de um governo, por sofrer alterações na identidade dos legisladores, afeta o conteúdo das políticas formuladas, particularmente em prol dos que estão sendo representados.

Chattopadhyay & Duflo (2004) também investigam os efeitos da política de reserva de vagas na Índia sobre a tomada de decisão. Analisam especificamente o caso da política de cotas para mulheres, identificando que a reserva de vagas para este gênero impacta decisões políticas a nível local de governo. As mulheres como líderes investem mais na provisão de bens públicos que são mais proximamente ligados aos interesses de mulheres – no caso, o fornecimento de água potável- corroborando o argumento de que gênero e identidade do representante podem ter importantes efeitos na formulação de políticas.

Chen (2010) contribuiu para esta análise cruzando dados de países diferentes ao invés de utilizar apenas os dados de um país. Também encontrou evidências de que países que adotaram cotas de gênero tiveram os resultados de suas políticas afetados, tendo um efeito nos gastos do governo em saúde e bem estar social, robustos para estágio de desenvolvimento dos países. Esse é mais um indício de que a presença de mulheres no

parlamento está positivamente relacionada com a provisão de bens públicos e que as preferências das mulheres estão mais fortemente associada à eles do que as de homens.

Em acordo com as preferências manifestadas pelas mulheres no poder político na bibliografia descrita, Campbell (2004) evidencia disparidades nas prioridades de eleitores e eleitoras. Assim como os estudos de política de cotas revelaram mulheres mais inclinadas a determinadas questões, a autora demonstra que eleitoras também têm preferências diferenciadas, privilegiando questões de educação e saúde. Quando divididas por grupos de idade, novas disparidades se apresentaram nas políticas preferidas. O estudo providencia suporte à noção de que mulheres podem demandar coisas ligeiramente diferentes de homens do sistema político, e para que essas demandas sejam atendidas a representação é necessária.

Outros estudos demonstram que o empoderamento de mulheres em legislaturas nacionais também está associado com um impacto positivo em outra esfera de políticas governamentais, a ajuda externa (HICKS, HICKS & MALDONADO, 2016). Segundo seu artigo, o aumento na porcentagem de representantes mulheres está correlacionado com a realocação de fluxos de ajuda em favor de projetos relacionados à educação e saúde, consistente com as pesquisas existentes a respeito de gastos domésticos.

Nem todos as evidências apontam na mesma direção, entretanto. Na Argentina, a política de cotas não parece ter tido efeito em áreas consideradas de interesse tradicional das mulheres, especificamente saúde, educação, bem estar social e seguridade social (Jones, 1997). Ainda assim, diferenças de gênero nas prioridades políticas de legisladores foram identificadas, muito embora elas tenham se restrito ao âmbito de direito das mulheres, crianças e família.

Utilizando a mesma metodologia de Jones, Robinson e Heath (2003) se propõem a analisar as diferenças de prioridades políticas em Honduras, um país no qual a representação das mulheres é tida como simbólica por ser proporcionalmente muito baixa (no período estudado não atingiu 10%). Examinando o padrão de proposições por gênero, encontra resultados parecidos com os de Jones: mulheres colocam ênfase nas políticas voltadas para seus direitos. As diferenças contudo parecem ser ainda mais reduzidas, uma vez que não se mostram significantes na prioridade dos direitos de crianças e famílias.

Os artigos de Jones e Robinson e Heath salientam que deve-se ter cautela na generalização das evidências empíricas da literatura prévia. Embora a Índia se assemelhe

à Argentina e Honduras por serem nações em desenvolvimento, as diferenças nas políticas preferidas pelas mulheres entre esses países sugerem que outros fatores não observados pelos estudos estão em ação no processo de tomada de decisão. Isso traz implicações para as hipóteses do presente estudo, uma vez que ambos os dois últimos países fazem parte da América Latina e é razoável afirmar que têm uma cultura mais próxima à do Brasil do que a Índia, o que sugere a possibilidade das preferências políticas das legisladoras dos demais países latinos serem semelhantes à das brasileiras.

A pauta feminista também é explorada pela literatura, afim de identificar se a presença de mulheres no parlamento teria impacto positivo na mesma, e se esta convergiriam com as preferências eleitorais de mulheres. Não surpreendentemente, há evidências de que os interesses feministas são mais bem representados por mulheres do que por seus colegas legisladores homens (LLOREN, 2014). Uma possível explicação é que mulheres como um grupo compartilham as mesmas experiências sociais específicas, em particular discriminação de gênero. O estudo também encontra que ser uma representante mulher impacta positivamente o voto a favor das preferências das mulheres, controlando para afiliação ideológica. É mais uma evidência na direção que a inclusão de mulheres no sistema legislativo traz benefícios políticos para este grupo.

O controle para afiliação ideológica merece destaque uma vez que mulheres tem preferências eleitorais distintas e não devem ser tratadas como um grupo homogêneo. Deste modo, pautas feministas não representam necessariamente o interesse das mulheres como um todo, e tampouco precisam convergir com as preferências de voto do grupo. Ainda em Lloren, evidencia-se que os partidos de direita na Suíça são mais congruentes com as preferências de voto das mulheres e também com a agenda feminista, especialmente quando as parlamentares são advindas de áreas com maior igualdade de gênero. Isso sugere que parlamentares se comportam mais vigorosamente como delegadas de seus círculos eleitorais quando manifestam um compromisso com a igualdade de gênero.

Corroborando o argumento de que as preferências de mulheres variam conforme partido, Osborn (2010) identifica diferenças nos votos de mulheres Democratas e Republicanas no Congresso americano. Osborn pesquisa a representação substantiva de mulheres a fim de investigar tendências liberais e conservadoras por gênero. Utilizando os dados de votações nominais americanas, ela encontra que mulheres do partido

Democrata são legisladoras mais liberais que seus companheiros de partido homens. No partido Republicano, entretanto, não encontra diferença significativa.

Vega e Firestone (1995) também evidenciam diferenças intrapartidárias entre homens e mulheres nos Estados Unidos a partir da análise de comportamento de voto. Em contrapartida, seus resultados diferem dos obtidos por Osborn, já que essas diferenças são mais fortes dentro do partido Republicano. O padrão de voto das mulheres é, em geral, mais liberal que o dos homens. Os autores ressaltam que partido, eleitorado e características de distrito são melhores preditores de comportamento de voto no congresso do que gênero, mas que isso pode resultar do pequeno número de mulheres. Sugerem ainda que cor é significativa e está entre os mais fortes coeficientes, e que esse coeficiente pode ter absorvido parte do efeito de gênero uma vez que o número de mulheres de cor no congresso aumentou ao longo do tempo.

Independente das diferenças metodológicas, os estudos de Osborn e Vega e Firestone tem em comum a importância da interação de gênero com filiação partidária e ideologia. É também relevante observar a partir da combinação dos estudos de Lloren, Osborn e Vega e Firestone que as pautas feministas não necessariamente são defendidas por apenas um lado do espectro político, isto é, não implica que sejam uma bandeira de partidos de esquerda ou de direita especificamente. No caso da Suíça, os interesses feministas eram consistentes com as preferências dos eleitores e com os votos dos partidos de direita, enquanto nos Estados Unidos, por outro lado, o partido mais à esquerda (Democrata) é que assumia esta posição. Deste modo, a interação entre gênero e partido ou ideologia pode variar de acordo com o país estudado.

Em certos casos, podem existir aspectos não tão óbvios afetando o voto dos parlamentares. Um estudo desvenda uma curiosa variável previamente omitida na literatura na tomada de decisão congressista: possuir uma filha adicional, especificamente mulher, aumenta a propensão do representante a votar de forma liberal, particularmente em direitos reprodutivos (WASHINGTON, 2007). Tal padrão de votação não parece ser explicado por preferências eleitorais, sugerindo que não só possuir filhas afeta as preferências, como também preferências pessoais afetam o comportamento legislativo.

No que diz respeito as preferências políticas das mulheres no Brasil, Sanchez (2017) faz uma análise diferenciando atuação e efetividade das parlamentares. Utilizando uma base de dados de proposições da Câmara dos Deputados, observou diferenças

significantes nos padrões da produção legislativa entre homens e mulheres. Deputadas apresentam mais projetos em áreas de política social, direitos e cidadania, e educação, enquanto deputados se concentram nas áreas de administração e organização de poderes, tributos, arrecadação, economia e comunicações. Quanto a aprovação dos projetos propostos, as deputadas tiveram mais sucesso nos âmbitos de direito e cidadania e os deputados, por sua vez, nos temas classificados como administração e organização de poderes e homenagem. Sanchez atenta para o fato de que os temas propostos e aprovados por mulheres são socialmente considerados “femininos”, e que temas “masculinos” estão fora da pauta de atuação legislativa das parlamentares.

O argumento da autora é que a divisão entre as esferas pública e privada se reflete no contexto político, verificando-se uma “divisão sexual da política”. Para ela, a concentração por gênero em temas específicos é explicada por mecanismos institucionais que constroem a atuação das deputadas, o que é revelado pela composição das comissões, que concentram mulheres também em temas tradicionalmente “femininos” e tem mecanismos complexos de eleição, representando barreiras políticas e prejudicando a ocupação de cargos políticos mais centrais por parte das mulheres. Assim, afirma que “a presença das mulheres no Congresso não é suficiente para garantir igual capacidade de influência na formulação de projetos de lei”, evidenciando que no Brasil a representação descritiva das mulheres não assegura a ação substantiva das mesmas.

Os resultados de Sanchez, se postos lado a lado dos demais estudos da América Latina, mostram que as evidências do Brasil destoam dos resultados obtidos no continente. Enquanto os estudos da Argentina e Honduras não revelaram diferenças significativas de gênero em áreas tradicionais de interesse das mulheres, o estudo brasileiro traz indícios da existência de disparidade de preferências políticas no país. O presente estudo busca aprofundar essa análise verificando se há diferenças no comportamento de voto entre homens e mulheres nos temas tradicionais atribuídos às políticas preferidas destas, e se gênero possui efeito causal no processo de tomada de decisão.

3. Dados

3.1. Descrição dos dados

Os dados utilizados são dados de votações nominais, proposições e informações de parlamentares da Câmara dos Deputados, extraídos a partir de quatro bases-mãe. É construída uma única base a partir das mesmas, filtrando por tema e variáveis de interesse.

3.1.1. Dados de votação eletrônica e proposições

Duas bases de votação nominal e proposições cedidas por um pesquisador do LAB-FGV:

- Proposições:

Lista e identifica proposições na Câmara dos Deputados desde 1998, especificando tipo, ementa, autoria, partido do autor e UF de origem. Cada linha é uma proposição.

- Votação de parlamentares:

Lista votações nominais, contendo código da proposição, tipo, data da votação, nome do deputado, voto, UF e partido do deputado. Cada linha é um voto único de um deputado para uma proposição.

3.1.2. Dados de Características dos Deputados

Além dessas duas bases referentes às atividades legislativas, são utilizadas outras duas bases com informações pessoais de cada parlamentar que podem afetar a forma de votar, ocupação, grau de instrução, data de nascimento (da qual se extrai a idade), UF, partido, e a variável explicativa de interesse do estudo: sexo. As bases foram obtidas diretamente no site da Câmara dos Deputados e no Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

- Base do Site da Câmara:

Lista deputados das últimas quatro legislaturas, isto é, referente ao período de 2003 a 2018. Contém o número da legislatura, nome, profissão, legenda, UF, condição e sexo.

- Base do TSE:

Dispõe uma série de dados sobre os candidatos das eleições. Filtrando a partir do cargo (Deputado Federal) e se foi eleito, pode-se obter informações dos deputados que foram a exercício. Dentre as informações relevantes, lista data de nascimento, grau de

instrução, estado civil e despesa máxima de campanha. Ainda, a partir de 2014 disponibiliza a característica de cor.

3.1.3. Base Construída

A partir da base de proposição, os projetos são filtrados através de uma busca com palavras chave, por temas de áreas tradicionais de interesse das mulheres. Os temas escolhidos foram baseadas nas evidências empíricas da literatura existente, sendo eles Educação, Saúde e Direitos Civis. Assim, é criada uma lista de proposições, e é feita a devida correspondência na base de votações nominais, para que fiquem apenas as votações das proposições de interesse. A janela de tempo escolhida foi a das últimas quatro legislaturas, período que varia de 2003 a 2018, pela maior disponibilidade e acessibilidade dos dados. É importante observar que nem todas as proposições estarão na base de votações, já que muitas podem não ter passado pelo processo de votação nominal, apenas simbólica e portanto sem registro eletrônico.

Em seguida, é feita a correspondência da lista de proposições com a base de Bancada, e são adicionadas à base principal duas novas colunas contendo a orientação da bancada e UF de origem. São agregadas também variáveis com as informações pessoais dos deputados obtidas na base do site da Câmara e do TSE, sendo feita a correspondência pelo nome dos deputados.

Ao final resta uma base com proposições que tangem os interesses das mulheres, onde cada linha é o voto de um deputado para uma proposição. As colunas indicam o código da proposição, tipo, orientação da bancada, UF de origem, nome do deputado, voto do deputado, partido e UF do mesmo e características pessoais dos parlamentares que podem afetar o voto, incluindo sexo. É a partir dessa base construída que será estudado o efeito de gênero no voto dos legisladores.

3.2. Análise e tabelas descritivas

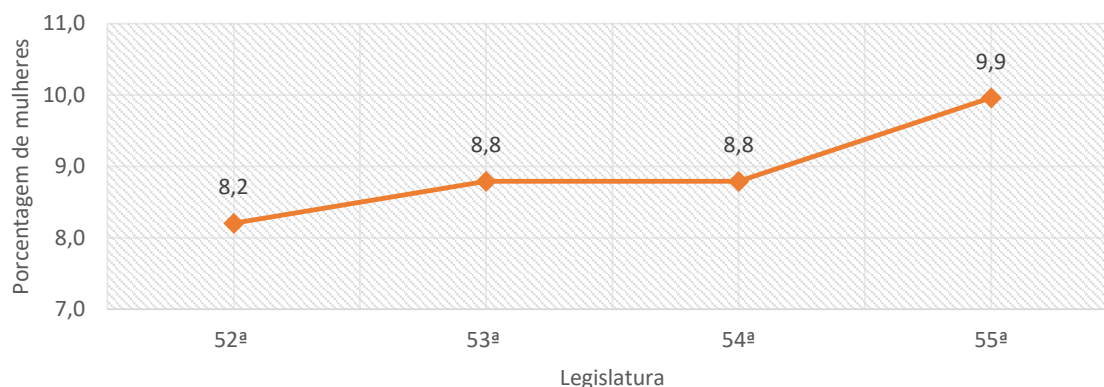
O primeiro passo para que se tenha boa avaliação é um olhar de lupa nos dados obtidos. Examinando o número de deputados titulares por gênero no decorrer das legislaturas, percebe-se que o número de mulheres permaneceu relativamente estável, apesar de ter tido uma leve variação positiva nos 16 anos. Em nenhum período a proporção ultrapassou os 10% do total, mostrando a baixa representação deste grupo. A Tabela 1 e o Gráfico 1 descrevem os números absolutos e a variação percentual das deputadas na Câmara.

Tabela 1 - Gênero de deputados titulares, por legislatura

Legislatura		Gênero		Total
Número	Período	Feminino	Masculino	
52	2003-2007	42	471	513
53	2007-2011	45	468	513
54	2011-2015	45	468	513
55	2015-2019	51	462	513

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Figura 1 - Porcentagem de mulheres titulares na Câmara, por legislatura

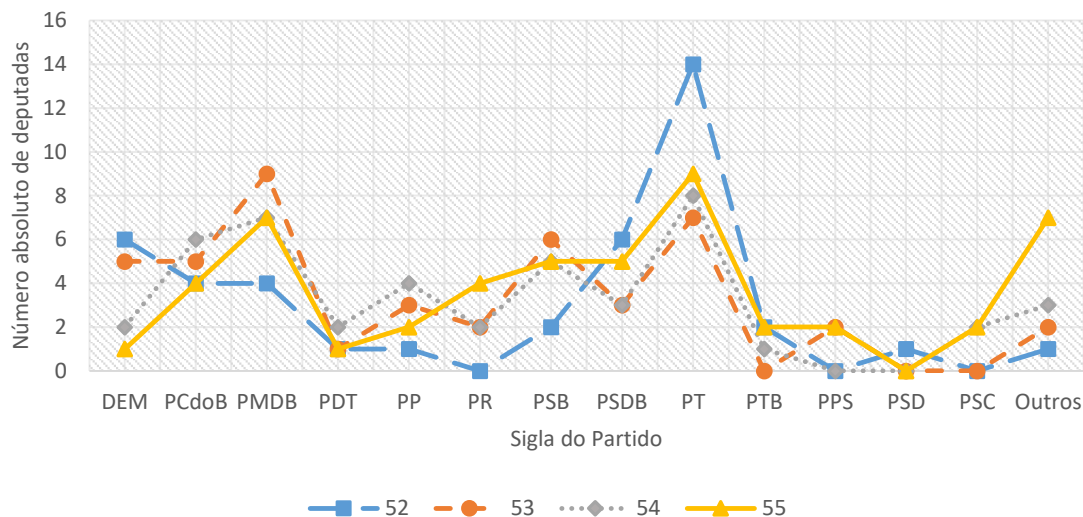


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

O número de representantes mulheres por partido também teve pouca variação ao longo do tempo. No entanto, percebe-se que comparativamente entre os partidos, alguns se destacam entre os demais, como mostra o Gráfico 2. Não surpreendentemente, os partidos que mais tem cadeiras na Câmara possuem número significativo de deputadas em termos absolutos, vide PT, PSDB e PMDB. Mas o número elevado de postos não se traduz necessariamente em representação das mulheres. Alguns partidos, apesar de ocuparem um número grande de lugares no congresso, os preenchem quase totalmente

com deputados homens, enquanto outros, que não tem uma fatia tão abastada de cadeiras, as ocupam de forma menos heterogênea entre gêneros.

Figura 2 - Número de deputadas titulares por partido, por legislatura

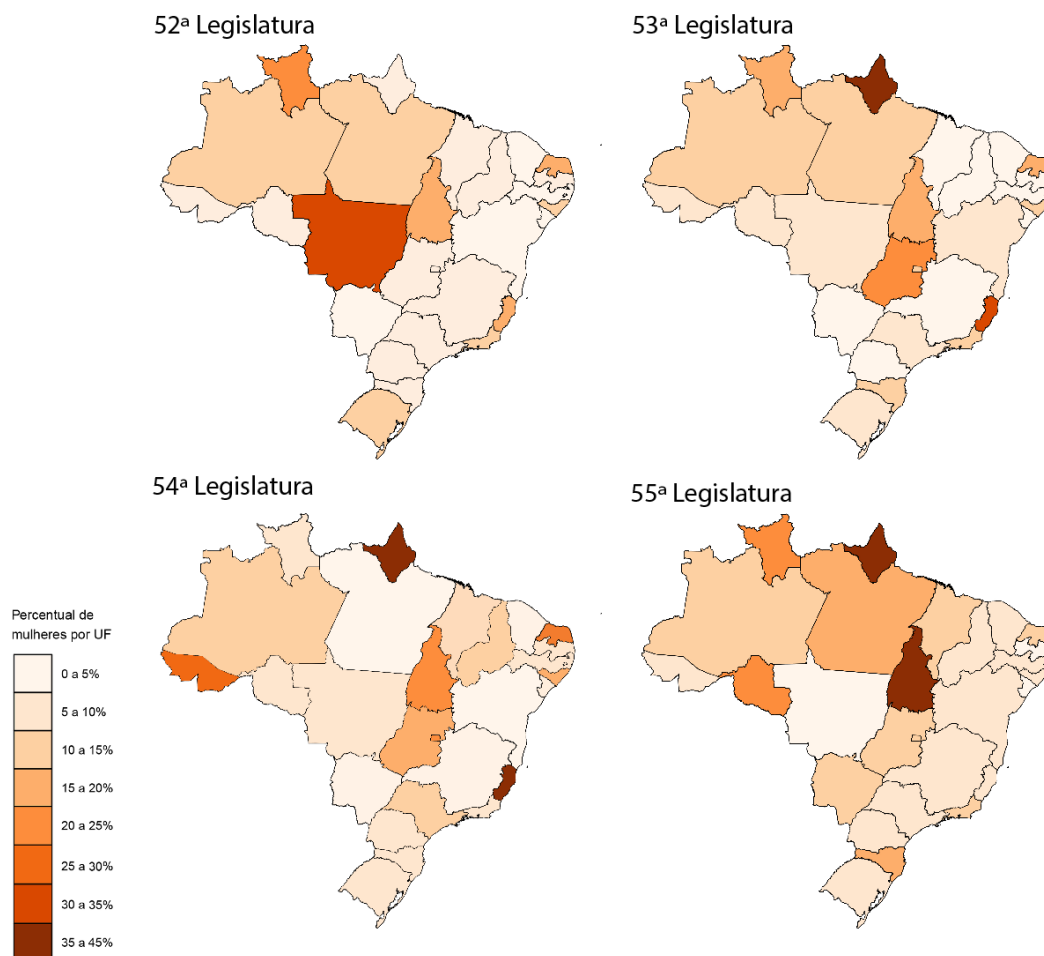


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

O DEM, por exemplo, é o quarto partido com mais cadeiras no agregado das legislaturas, e contudo estão na 8ª posição de proporção de mulheres, ficando atrás de partidos que não atingem um quarto do seu tamanho na Câmara. Por outro lado, o PCdoB é o partido que mais elegeu deputadas proporcionalmente: dos 50 lugares que ocupou nos 16 anos em questão, 19 (equivale a 38%) foram preenchidos por mulheres. Essa variação partidária de proporções sugere que exista correlação entre gênero e preferências ideológicas de partido. O Apêndice 1 dispõe a variação do percentual de mulheres por legislatura e a média, além do número total de cadeiras que cada partido ocupou no período em agregado.

Ao examinar a distribuição de deputadas por Unidade Federativa, o padrão é que a porcentagem varie entre 0 e 10%. Alguns poucos estados exibem um percentual mais alto, que frequentemente não excede o período de uma legislatura, como é o caso do Acre, que de 2011 a 2014 teve 25% de mulheres dentre o total de parlamentares que exerceram mandato nesse período (titulares e suplentes), mas não superou os 10% nas demais legislaturas. A Figura 3 ilustra as Unidades Federativas brasileiras e o percentual de mulheres sobre o total de deputados que exerceram mandato em cada legislatura. O Apêndice 2 exhibe os percentuais e valores absolutos de deputadas mulheres de cada estado por legislatura.

Figura 3: Percentual de mulheres deputadas por UF, 2003-2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Nota: A figura contém dados de parlamentares titulares e suplentes que exerceram mandato e possuem registro de voto eletrônico no período de 2003 a 2017.

A variável de idade foi calculada com base na data de nascimento dos parlamentares, e, para efeitos descritivos, foi utilizada a idade na data do início do mandato. Nas regressões, no entanto, foi calculada a idade a partir da data da votação da proposição, de modo que a idade de um deputado pode variar na base, de acordo com o momento no qual está sendo votada a proposição. As deputadas tem uma média de idade (50,8) ligeiramente menor do que os homens (51,4), mas com valor mínimo maior e valor máximo menor. A média global de idade dos deputados de ambos os sexos para as quatro legislaturas é de 50,5 anos de idade, uma idade média não muito elevada, mas tampouco é um congresso jovem.

Em termos de grau de instrução, a amostra também parece homogênea. Parlamentares mulheres possuem um percentual ligeiramente maior com instrução interrompida no Ensino Fundamental (completo e incompleto) do que os homens (5% e 3,4%, respectivamente), e também possuem um percentual um pouco maior no Ensino Superior Completo. A grande maioria dos deputados de ambos os sexos possui Ensino Superior Completo (76%), indicando um elevado nível de escolarização da Câmara.

A Câmara possui uma diversidade de ocupações, sendo declaradas ao todo 84 profissões diferentes no período de 2003 a 2017. No entanto, a maior parcela dos deputados se concentra em um pequeno número de ocupações. A ocupação mais frequente, depois dos que se declararam políticos (Senador, Deputado e Vereador) é a de advogado, seguida por empresário. Juntas, essas duas profissões somam 20% dos parlamentares homens e mulheres. Médico e engenheiro também são ocupações que apareceram com frequência. Parlamentares aparentam demonstrar preferências distintas por gênero no âmbito profissional, contudo, é difícil comparar por conta do baixo número de observações de deputadas. Apesar disso, algumas ocupações manifestam diferenças claras, como por exemplo a ausência de mulheres membras de ordem religiosa e policiais militares. Em contrapartida, não há homens assistentes sociais ou psicólogos no congresso, ocupações que estão na 5ª e 6ª posição de profissão mais frequente entre deputadas, desconsideradas as ocupações políticas. A Tabela 2 contém uma análise detalhada com estatísticas descritivas das características dos deputados, exibindo comparações por gênero de idade, grau de instrução e ocupação.

Tabela 2 - Estatísticas Descritivas por Gênero de Deputados

	Deputadas		Deputados	
	Média	Obs. (N)	Média	Obs. (N)
Idade (Desvio Padrão)	50,8 (10,5)	240	51,4 (11,2)	2.393
	Percentual	Freq.	Percentual	Freq.
Grau de Instrução				
Alfabetizado	0,4%	1	0,2%	5
Ensino Fundamental Incompleto	2,5%	6	1,4%	33
Ensino Fundamental Completo	2,5%	6	2,0%	47
Ensino Médio Incompleto	-	0	1,3%	32
Ensino Médio Completo	8,8%	21	9,8%	234
Ensino Superior Incompleto	9,2%	22	9,6%	228
Ensino Superior Completo	76,6%	183	75,7%	1.806
Ocupação				
Advogado	4,3%	10	11,5%	265
Empresário	9,8%	23	8,9%	206
Médico	5,1%	12	7,7%	178
Engenheiro	1,7%	4	5,4%	125
Professor	7,3%	17	4,1%	95
Administrador	0,9%	2	2,8%	64
Economista	0,9%	2	2,1%	49
Servidor público	3,8%	9	2,5%	57
Comerciante	0,4%	1	1,7%	40
Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa	-	-	1,1%	26
Jornalista e redator	0,4%	1	1,0%	24
Estudante, bolsista, estagiário e assemelhados	1,3%	3	0,9%	20
Agricultor	1,7%	4	0,7%	17
Pecuarista	-	-	0,7%	17
Bancário e economiário	1,3%	3	0,6%	13
Agrônomo	1,3%	3	0,6%	13
Produtor agropecuário	-	-	0,6%	13
Locutor e comentarista de rádio e televisão e radialista	-	-	0,6%	13
Aposentado (exceto servidor público)	0,4%	1	0,4%	10
Policia militar	-	-	0,4%	10
Assistente social	3,4%	8	-	-
Senador, deputado e vereador	35,9%	84	33,7%	780
Outros	20,1%	47	12,1%	279

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Nota: A amostra contém dados agregados para as últimas quatro legislaturas (52^a - 55^a) para parlamentares titulares e suplentes que exerceram mandato e possuem registro de voto eletrônico no período.

4. Metodologia

4.1. Escolha das Proposições e Temas

Com base nas evidências empíricas apresentadas na seção 2, o presente estudo busca testar se os resultados identificados previamente em outros países também são válidos para o Brasil. Dessa maneira, a base de proposições foi filtrada de acordo com os indícios da literatura existente, que apontam que mulheres tem preferências políticas ligadas às áreas de Educação, Saúde e Direitos Civis. Utilizando palavras chave na coluna de tema, foi realizado um primeiro filtro para que fossem selecionados apenas projetos relacionados a esses temas. Um segundo filtro, de relevância, foi feito analisando as proposições uma a uma de acordo com sua ementa e inteiro teor, descartando-se as proposições que pouco tocavam os tópicos selecionados. Durante a seleção e análise individual dos projetos, foi criada uma dummy para cada uma das três divisões de tema, alocando cada proposição a apenas um tópico, uma vez que a divisão original permitia que cada uma abrangesse mais de um assunto levando à dupla contagem quando feita a divisão por tema.

Para cada tema, foi criada também uma coluna sinalizando a orientação e sentido das proposições, para futuro alinhamento dos votos. Essa etapa foi feita para que os votos estivessem na mesma direção na hora de serem lidos pelo programa estatístico. Para ilustrar com um exemplo, um voto “sim” numa proposição de aumento dos gastos com educação significa o oposto de um voto “sim” numa proposição de redução dos dispêndios nessa área. O detalhamento de como essas colunas foram construídas é importante para compreender os resultados desse trabalho e para que se tenha esclarecimento sobre o que foi levado em consideração para pesquisas futuras.

4.1.1. Educação e esporte:

Na área de educação, receberam o valor 1 todas as propostas nas quais destinavam-se mais recursos a educação, criavam-se novos programas educacionais, criavam-se novas instituições de ensino, e distribuição de bolsas; em geral, projetos que ampliavam os gastos no setor. Projetos que caminhavam no sentido da cobrança do ensino receberam o valor 0.

4.1.2. Saúde

Nesse setor, receberam o valor 1 todas as proposições que expandiam os dispêndios com saúde, com aumento de recursos, estabelecimento de pisos de gastos e pisos salariais para os trabalhadores do setor, e contratações de profissionais do setor. Receberam também o valor 1 projetos que tratavam da alimentação e fiscalização. A nenhuma proposta da área foi atribuído o valor 0.

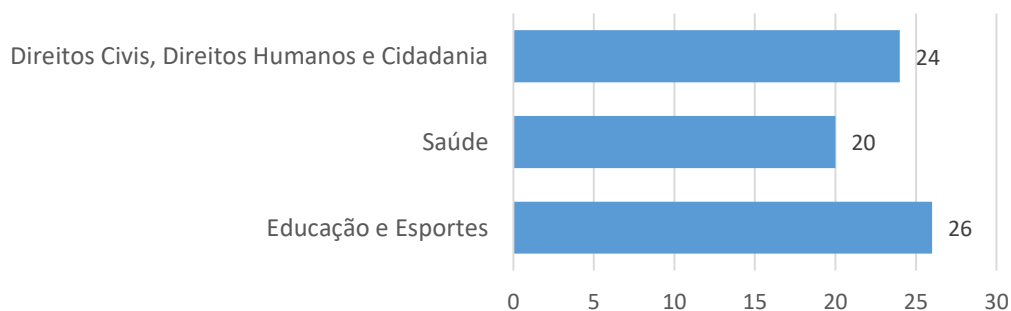
4.1.3. Direitos Civis, Direitos Humanos e Cidadania

Relativo aos direitos, receberam o valor 1 todas as medidas consideradas progressistas, e 0 as consideradas conservadoras. Foram classificadas como progressistas proposições de ação afirmativa (dentre elas Bolsa Família e cotas raciais nas universidades), ampliação dos direitos das mulheres (combate a violência e facilitação da separação), e políticas de inclusão a pessoas com deficiência. Projetos que caminhavam no sentido contrário receberam o valor 0, dentre eles a proposta de redução da maioria penal.

Por fim, foi criada uma coluna com uma variável dummy de voto, considerando o sentido das proposições. Os votos “Sim” receberam o valor 1, enquanto os demais votos – “Abstenção”, “Obstrução” e “Não” – receberam o valor 0. As ausências foram tratadas como *missing* e receberam o valor *NA*. As proposições que haviam recebido o valor 0 no passo anterior de classificação de sentido tiveram o valor de seus votos invertidos, para que os votos de todas as proposições estivessem orientados no mesmo sentido.

Realizadas todas as etapas de filtro e seleção, ao todo restaram 70 proposições com registro de voto nominal das áreas relacionadas, no período das últimas quatro legislaturas. No Gráfico X pode-se ver qual o peso de cada tema nas proposições selecionadas.

Figura 4 - Temas das proposições filtradas



4.2 Teste de médias

Antes de realizar as regressões, foram realizados testes de médias para se ter uma comparação simples dos dados entre deputados homens e mulheres. As comparações foram realizadas a partir de testes t de *Student*, um teste de hipótese estatístico que segue uma distribuição t de *Student*, como o nome sugere. Os testes foram subdivididos por tema das proposições, por partido, por UF e por faixa de idade, sempre comparando a diferença de médias de voto entre gêneros. Dado que a variável de voto é uma *dummy* que assume os valores 1 caso “Sim” e 0 caso contrário, as médias variam de 0 a 1, sendo que valores acima de 0,5 indicam uma propensão maior a votar “Sim”, e valores abaixo de 0,5 indicam uma propensão maior a votar contra. O valor subjetivo disso vai depender do que cada agrupamento de tema engloba. A hipótese nula do teste (H_0) é que a diferença de médias é estatisticamente igual a zero, isto é, que não há diferenças substantivas de gênero no voto dos parlamentares. A rejeição da hipótese nula se dá quando se encontra valores muito baixos de P no teste.

Tabela 3 - Teste de médias de votos por gênero, por tema

	Masculino	Feminino	P-Valor
Tema			
Educação e Esportes	0,499	0,500	0,995
Saúde	0,440	0,422	0,091
Direitos Civis, Direitos Humanos e Cidadania	0,519	0,540	0,062

Fonte: Elaboração própria.

Quando comparadas as médias e feito o teste t por temas, os resultados apresentam algumas diferenças. Em Educação e Esportes as médias parecem estar muito próximas e equilibradas em torno de 0,5, o que significaria que o número de votos a favor é igual ao número de votos contra para ambos os sexos. Além disso, o teste t apresenta um P-Valor muito alto, o que leva à não rejeição da H_0 de que a diferença de médias é igual a zero. Em proposições de Saúde, as médias são mais baixas, sendo a de homens um pouco superior à de mulheres, indicando votos masculinos mais favoráveis nessa área. O P-Valor rejeita a H_0 de que a diferença de médias é estatisticamente igual a zero a um nível de confiança de 10%. Em Direitos Civis, Direitos Humanos e Cidadania, também se rejeita a H_0 ao mesmo nível de confiança, mas, ao contrário do tema anterior, as mulheres é que tem um posicionamento mais favorável aos projetos em questão.

Tabela 4 - Teste de médias de votos por gênero, por faixa de idade

	Masculino	Feminino	P-Valor
<i>Faixas de idade</i>			
22 a 29	0,460	0,439	0,683
30 a 39	0,476	0,458	0,387
40 a 49	0,469	0,465	0,704
50 a 59	0,487	0,496	0,392
60 a 69	0,496	0,491	0,731
70 ou mais	0,494	0,530	0,203

Fonte: Elaboração própria.

Se divididas por faixa de idade, as diferenças de média não são significantes a nenhum intervalo de confiança, o que significa que não se pode dizer que elas são estatisticamente diferentes de zero. No entanto, se observarmos apenas as médias, a tabela sugere uma tendência a votos mais favoráveis às proposições com o aumento da idade.

Tabela 5 - Teste de médias de votos por gênero, por partido

	Masculino	Feminino	P-Valor
<i>Partido</i>			
DEM	0,474	0,470	0,924
PCdoB	0,486	0,477	0,700
PDT	0,472	0,448	0,952
PMDB	0,485	0,486	0,586
PP	0,486	0,443	0,136
PPS	0,545	0,547	0,854
PR	0,427	0,431	0,556
PSB	0,489	0,477	0,174
PSC	0,450	0,429	0,145
PSD	0,509	0,704	0,151
PSDB	0,495	0,528	0,952
PT	0,465	0,486	0,040
PTB	0,483	0,423	0,707

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Estão dispostos na tabela apenas partidos com maior número de deputados nas quatro legislaturas estudadas (52-55).

As diferenças de médias intrapartidárias também são poucas e não são estatisticamente significantes. O único partido que exibiu diferença significativa a nível de confiança de 5% foi o PT, registrando um P-Valor muito baixo para o teste t, indicando que os deputados homens e mulheres desse partido votam de forma diferenciada entre si. Entre os partidos, as médias também parecem variar, especialmente entre as mulheres,

que registram um mínimo de 0,42 no PTB e um máximo de 0,7 no PSD, sugerindo que partido é uma variável explicativa importante para o modelo.

As médias também foram comparadas por UF. A maior parte dos estados não registrou diferenças de média estatisticamente significantes entre os gêneros. As únicas Unidades da Federação nas quais o teste rejeitou a H_0 foram Alagoas (rejeitado a um nível de confiança de 10%), Piauí (a 5%) e Mato Grosso (a 1%). Nos dois primeiros, as mulheres se mostraram mais contrárias às proposições, enquanto no último, mais a favor. A comparação de médias observada entre as UFs leva a crer que há um fator regional que afeta a forma que os deputados e deputadas votam. O Apêndice 5 dispõe as médias por gênero divididas por UF e o P-Valor para o teste t.

4.3. Especificação do Modelo

Uma vez verificadas as diferenças de média de voto entre deputados homens e mulheres em subdivisões e grupos distintos, essa análise foi aprofundada por inferência estatística através da estimação de modelos de regressão. Como os testes de médias indicaram padrões de voto diferentes para os temas estudados, optou-se por rodar um modelo para todas as proposições e também para cada tema em separado. A especificação do modelo se deu em etapas, adicionando variáveis de controle a cada passo para verificar a robustez dos resultados. A especificação para modelar a relação entre voto, gênero e os demais possíveis fatores causais do primeiro se dá por:

$$Voto_i = \alpha + \beta g\acute{e}nero_i + \gamma caract_dep_i + \delta UF_origem_i + \lambda partido_i + \varepsilon \quad (1)$$

As equação (1) representa um modelo onde a variável dependente $Voto_i$ é a *dummy* de voto, que assume valor 1 caso o voto seja “Sim” e valor 0 caso contrário, como detalhado na seção anterior. A variável de $g\acute{e}nero_i$ também é uma *dummy* que assume valor 1 caso o indivíduo seja mulher e 0 caso o indivíduo seja homem. O vetor $caract_dep_i$ consiste em quatro variáveis de controle para características demográficas, sendo elas idade do parlamentar (na data da votação) e idade ao quadrado⁵, grau de instrução do parlamentar e ocupação declarada⁶. Além disso, estão presentes outras duas

⁵ Inclui-se a idade ao quadrado para captar os efeitos não lineares do aumento da idade.

⁶ Devido ao alto número de níveis na categoria de Ocupação, os valores foram agrupados de acordo com similaridade e maior frequência. Foram mantidas as 11 ocupações mais frequentes, e as demais foram agrupadas em “Outros”.

variáveis de controle, sendo elas efeito fixo de partido⁷, representado por $partido_i$, e de estado, representado por UF_origem_i . Os coeficientes das variáveis estão simbolizados pelas letras gregas, sendo α uma constante e ε o componente de erro. Dessa maneira, considerando a limitação na disponibilidade dos dados, procura-se obter uma estimação adequada para o efeito causal de gênero nas votações dos parlamentares da Câmara dos Deputados no Brasil, que corresponde ao coeficiente β .

Embora idealmente se desejasse realizar uma regressão com todas as variáveis de controle, isto não foi possível devido à pouca variação da amostra. Assim, optou-se por excluir os controles de Unidade Federativa da especificação mais completa do modelo, testando essa variável apenas isoladamente com a de gênero.

Foram estimados modelos de Probabilidade Linear em Mínimos Quadrados Ordinários, pela facilidade de interpretação dos coeficientes em relação ao modelo logístico. Como a proporção da amostra está em torno da média, e não nos extremos (0 ou 1), a estimação em MQO retorna resultados similares à estimação em modelos como Logit ou Probit⁸. Apesar disso, também foi estimada uma regressão logística com os coeficientes na forma de Odds Ratio, para fins de precisão, cujas tabelas se encontram ao final desse estudo, no Apêndice

⁷ Devido ao alto número de níveis na categoria de Partido, foram mantidos apenas os 14 partidos com maior frequência nas quatro legislaturas. Os demais partidos foram agrupados em “Outros.

⁸ Cox, 1972.

5. Resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados das regressões descritas na Seção 4. Primeiramente, é feita uma análise das proposições em agregado e posteriormente essa análise é destrinchada por tema.

Quando consideradas as proposições de todos os temas conjuntamente, o gênero do parlamentar não parece ter nenhum efeito ou estar correlacionado com a forma de voto. Além do coeficiente ser pequeno e muito próximo de zero, ele não é estatisticamente significativo em nenhuma das especificações do modelo. Dentre as variáveis de controle, no entanto, alguns partidos apresentam valores significantes a nível de 1%. As demais variáveis, assim como gênero, não foram significantes a nenhum nível de confiança. A Tabela 6 nesta Seção exibe os resultados das regressões simplificados para as variáveis categóricas, enumerados de 1 a 7 para cada especificação, e o Apêndice 6 exibe os resultados completos.

Embora a análise do apanhado de proposições não nos diga muito, sugere que partido tenha um papel importante para explicar o voto dos parlamentares independente do tema que está sendo votado.

Movendo adiante para as proposições de Educação e Esportes ainda na Tabela 6 o regressor da *dummy* de gênero também não apresentou significância⁹. Assim como nas regressões anteriores, partido se manteve altamente significativo para todas as especificações (a nível de confiança de 1%). Nos demais controles, ocupação aparece como preditor significativo a nível de 5% para a categoria de Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa, de modo que uma pessoa desta ocupação tenha uma probabilidade 10,8% maior de votar a favor de propostas expansão da educação e esportes em relação às demais ocupações.

Embora a maioria dos partidos tenha apresentado coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 1%, os coeficientes não foram muito altos. O partido que mais se diferenciou dos demais foi o PSD, que apresentou uma probabilidade 20% maior de votar “Sim” nas propostas do tema do que membros do DEM, categoria que está sendo omitida na variável de partido.

⁹ Apêndice 7

Nas proposições que concernem Direitos Civis, Direitos Humanos e Cidadania, exibidas na Tabela 7 pela primeira vez a *dummy* de gênero apresenta significância¹⁰. Mesmo quando controlando para variáveis de características dos deputados em (2-4), o sexo do parlamentar permaneceu um preditor significativo a nível de 10% de confiança, chegando a inclusive apresentar nível de 5% de confiança se controlado apenas por Unidade Federativa (5). Contudo, ao adicionar a variável de partido, o gênero volta a perder significância. Relativo aos controles do modelo, partido segue como variável de controle com alto poder explicativo a nível de significância de 1%. Os controles de características demográficas e Unidade Federativa não se mostraram relevantes para a explicação do modelo, não sendo estatisticamente significantes.

Nas regressões com o tema de Saúde (Tabela 7)¹¹, a *dummy* de gênero volta a perder significância quando adicionados controles. Embora inicialmente se apresente significativa a tímidos 10% de nível de confiança, não mantém o comportamento nas especificações com variáveis de controle, exceto idade. Idade pela primeira vez aparece como preditor significativo a nível de 10%, mas apenas quando não incluídos os outros controles (2). Apesar do coeficiente aparecer como significativo, seus valores são muito baixos, de modo que não se pode dizer que pessoas mais velhas tenham uma probabilidade de votar “Sim” em proposições de aumento de recursos para saúde diferente da de pessoas mais jovens. Nas demais especificações, partido permanece um forte preditor de voto, com coeficientes parecidos com os das regressões de tema de Educação e Esportes.

Finalmente, a ocupação de Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa volta a aparecer como variável de controle significativa a nível de confiança de 5%, e até Advogado apresenta significância de 10% quando incluídos os controles para as outras variáveis (7). Ainda assim, os coeficientes marginais são muito baixos, de modo que um Advogado apresenta uma probabilidade apenas 5% maior de votar a favor do aumento dos gastos em Saúde, e para um Sacerdote ou membro de seita ou ordem religiosa esse aumento seja de 8%.

¹⁰ Apêndice 9

¹¹ Apêndice 8

Tabela 7: Regressões em MQO: Determinantes do Voto

	Saúde							Direitos Cívicos, Direitos Humanos e Cidadania						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Mulher	-0.0177* (0.0105)	-0.0174* (0.0105)	-0.0159 (0.0106)	-0.0136 (0.0107)	-0.0174 (0.0109)	-0.00520 (0.0108)	-0.00155 (0.0110)	0.0214* (0.0114)	0.0220* (0.0114)	0.0221* (0.0115)	0.0203* (0.0116)	0.0238** (0.0117)	0.00591 (0.0117)	0.00443 (0.0118)
Idade		0.00388* (0.00198)	0.00365* (0.00199)	0.00307 (0.00204)			0.00348* (0.00206)		0.00199 (0.00201)	0.00224 (0.00202)	0.00172 (0.00205)		0.000933 (0.00207)	
Idade ao quadrado		-0.00003* (1.85e-05)	-0.00003 (1.85e-05)	-0.00003 (1.90e-05)			-0.00003 (1.92e-05)		-0.00001 (1.90e-05)	-0.00001 (1.90e-05)	-0.00001 (1.93e-05)		0.00000 (1.95e-05)	
Grau de Instrução			Sim	Sim			Sim			Sim	Sim		Sim	
Ocupação				Sim*			Sim**				Sim		Sim	
Unidade Federativa					Sim							Sim		
Partido							Sim***						Sim***	
Constante	0.440*** (0.00319)	0.327*** (0.0523)	0.302*** (0.0560)	0.309*** (0.0611)	0.431*** (0.0252)	0.487*** (0.0103)	0.367*** (0.0619)	0.519*** (0.00345)	0.444*** (0.0521)	0.475*** (0.0579)	0.491*** (0.0621)	0.539*** (0.0271)	0.479*** (0.0121)	0.460*** (0.0636)
Observações	26,635	26,635	26,635	26,635	26,635	26,635	26,635	23,061	23,061	23,061	23,061	23,061	23,061	23,061

Nota: A variável dependente é a *dummy* de voto "Sim". Os erros padrão estão entre parênteses. As variáveis categóricas foram agrupadas e denotadas com "Sim" se presentes na especificação da regressão, e no caso de alguma categoria do grupo ser significativa, foram atribuídos asteriscos de acordo com grau de significância da categoria com o maior grau de significância. As regressões completas podem ser vistas nas tabelas do Apêndice.

Esses resultados trazem algumas implicações para o debate de que fatores estão associados ao padrão de voto dos parlamentares. Primeiramente, o mais claro desses resultados é que, diferente do esperado, o controle de UF não está correlacionado com o voto. A segunda informação que se pode extrair das tabelas de regressão é que, dentre as variáveis testadas, partido é o preditor mais forte de voto dos deputados. A tabela de regressão das proposições com tema relacionados a Direitos, em conjunto com os testes de média, sugere que mulheres podem ter um comportamento de voto diferente de homens em proposições desse âmbito, na média, mas que o efeito de partido se sobrepõe ao efeito de gênero de forma a capturá-lo. Isso faz sentido se considerarmos que uma série de partidos possui poucas ou nenhuma representantes do sexo feminino, e que a presença de mulheres no parlamento pode estar associada a ideologia/partido.

Mesmo que a presença de mulheres esteja associada a alguns partidos específicos, o modelo estimado ainda deveria apontar diferenças de gênero intrapartidárias, caso elas existissem. Isso se daria na forma de coeficientes significativos mesmo quando a variável de partido fosse incluída, o que não ocorreu (por exemplo nas proposições relativas à Direitos Humanos, que a *dummy* de gênero perdeu significância ao se incluir o controle de partido). A única evidência que se têm de diferenças de voto intrapartidária provém da Tabela 5, na qual o PT é o único partido que apresenta diferenças de médias de voto por gênero significantes ao nível de 5%, o que não é evidência suficiente uma vez que não diferencia os votos por tema.

Considerando as variáveis de controle, partido se mostrou o melhor preditor de voto, se mostrando significativo em todas as regressões. Contudo, os valores dos coeficientes não se mostraram muito altos, No entanto, não é possível separar esses efeitos, e portanto não se pode dizer que gênero tem efeito causal no voto dos parlamentares.

6. Conclusão

Neste estudo, procurou-se testar se há diferenças entre o voto de deputados homens e deputadas mulheres nas últimas quatro legislaturas brasileiras (2003-2017). Para os três temas estudados, sendo eles Educação e Esportes, Saúde e Direitos Civis, Direitos Humanos e Cidadania, não se evidenciou diferenças estatísticas na variável de interesse. A variável de gênero se apresentou significativa apenas nas primeiras regressões de proposições do tema de Direitos Civis, Direitos Humanos e Cidadania, o que não se sustentou quando a variável de partido foi incluída.

Esses resultados foram contra o esperado e contra as evidências da literatura apresentadas na Seção 2 deste trabalho. Contudo, a maior parte da literatura aqui exposta tratou de países cuja representação feminina em termos proporcionais no Congresso era substancialmente maior do que a do Brasil. Os estudos de Jones (1997), Robinson e Heath (2003), que investigaram as diferenças de gênero na atuação dos legisladores na Argentina e em Honduras (onde apenas 9,5% do Congresso era formado por mulheres), respectivamente, dialogam com a análise desenvolvida neste trabalho tanto pela proximidade dos objetos de estudo (países da América Latina) quanto pelos seus resultados. Em ambos os estudos descritos, não há evidências de que mulheres legislam de forma diferente de homens em temas tradicionais de interesse das mulheres, como Educação, Saúde e Ação Afirmativa, apenas encontram evidência de que mulheres colocam ênfase legislativa em questões de Direitos das Mulheres. Este último é o único tema que não foi analisado nesta metodologia, pela ausência de um número suficiente de votações com registro eletrônico de proposições que concernem os Direitos das Mulheres.

O que há de similar nesses estudos e em congruência com o trabalho aqui apresentado é que nos países da América Latina as diferenças encontradas em outros estudos na atuação legislativa entre homens e mulheres nos temas apresentados não parece se sustentar. Considerando as amplas evidências a favor das diferenças de prioridades entre deputados e deputadas, inclusive no Brasil¹², é improvável que preferências políticas iguais sejam a explicação para esses resultados. É possível que exista algum fator cultural ou social inibindo a atuação legislativa das mulheres de forma

¹² Sanchez, 2017.

que elas busquem não desviar muito do padrão masculino dominante para não chamar muita atenção no Congresso.

Uma explicação possível é que um Congresso predominantemente masculino, onde os homens detém posições de poder, como é o caso do Brasil, pode compelir as mulheres a votar de acordo com seus interesses. Deputadas podem votar em conformidade com os deputados para não destoar da grande maioria masculina e evitar possíveis punições do sistema político e do eleitoral, como por exemplo a perda de cargos em comissões ou a não reeleição. É possível também que exista um viés de seleção numa etapa anterior, no processo eleitoral, de modo que o sistema selecione apenas mulheres que tenham preferências políticas similares a homens. Isso há, contudo, que ser testado. Por hora, este trabalho contribui para a expansão da literatura nas diferenças em preferências políticas de gênero, que parece sofrer algum tipo de asfixia em países com baixa representatividade feminina.

7. Referências Bibliográficas

ANSOLABEHERE, S., J. SNYDER & C. STEWART (2001). “The Effects of Party and Preference on Congressional Roll-Call Voting.” *Legislative Studies Quarterly*, 26, 4, 533-572.

BANDUCCI, S., T. DONOVAN & J. KARP (2004), “Minority Representation, Empowerment, and Participation”, *The Journal of Politics* Vol. 66, No. 2, pp. 534-556

CAMPBELL, R. (2004). Gender, ideology and issue preference: Is there such a thing as a political women’s interest in Britain? *British Journal of Politics and International Relations*, 6, 20–44

CHATTOPADHYAY, R., & DUFLO, E. (2004), “Women as policy makers: Evidence from a randomized policy experiment in India”, *Econometrica*, 72(5), 1409-1443.

CHEN, L. J. (2010), “Do Gender Quotas Influence Women's Representation and Policies?” *European Journal of Comparative Economics*, Vol. 7 Issue 1, p13-60.

COX, D. (1972). “The Analysis of Multivariate Binary Data” *Applied Statistics*. 21, 113, 10.2307/2346482.

EDLUND, L. & R. PANDE (2002). “Why Have Women Become Left-Wing? The Political Gender Gap and the Decline in Marriage.” *Quarterly Journal of Economics*, 117, 3, 917-961.

JONES, M. P. (1997). “Legislator Gender and Legislator Policy Priorities in the Argentine Chamber of Deputies and the United States House of Representatives.” *Policy Studies Journal* 25:613-629.

HIBBING, J., & D. MARSH (1987). “Accounting for the Voting patterns of British MP’s on Free Votes.” *Legislative Studies Quarterly*, 12, 2, 275-297

HICKS, D., J. HICKS & B. MALDONADO (2016), “Women as policy makers and donors: Female legislators and foreign aid” *European Journal of Political Economy* Volume 41, January 2016, Pages 46-60.

LEVITT, S. (1996). “How Do Senators Vote? Disentangling the Role of Voter Preferences, Party Affiliation and Senator Ideology.” *American Economic Review*, 86, 3, 425-441.

LLOREN, A. (2014), “Women's Substantive Representation: Defending Feminist Interests or Women's Electoral Preferences?”, *The Journal of Legislative Studies*.

MOISÉS, J. A. e SANCHEZ, B. (2014), “Representação política das mulheres e Qualidade da Democracia: o caso do Brasil”. In: *José Álvaro Moisés*. (Org.). O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: *Fundação Konrad Adenauer*.

NORRIS, P., AND R. INGLEHART (2000): “Cultural Barriers to Women’s Leadership: A Worldwide Comparison,” *IPSA 2000 paper*

OSBORN, T. (2010), "Polarization in Roll Call Voting among Women State Legislators", *Midwest Political Science Association*.

PANDE, R. (2003), “Can Mandated Political Representation Increase Policy Influence for Disadvantaged Minorities? Theory and Evidence from India,” *American Economic Review*, 93, 1132–1151

SANCHEZ, B. (2017) “Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados”, *Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política*.

SNYDER, J. & T. GROSECLOSE (2000). “Estimating Party Influence in Congressional Roll Call Voting.” *American Journal of Political Science*, 44, 2, 193-211

TAYLOR-ROBINSON, M., & HEATH, R. (2003). “Do women legislators have different policy priorities than their male colleagues? A critical case test.” *Women & Politics*, 24, 77–101.

VAGGLE, J. (2006), “Race, Class, and Representation: Exploring the Relationship between Shared Traits and Shared Interests”, *Annual Illinois State University Conference for Students of Political Science*.

VEGA, A., & FIRESTONE, J. M. (1995). “The Effects of Gender on Congressional Behavior and the Substantive Representation of Women.” *Legislative Studies Quarterly* 20:213-222.

WASHINGTON, E. (2008), “Female Socialization: How Daughters Affect Their Legislator Fathers’ Voting on Women’s Issues”, *American Economic Review* 98, 1: 311-332.

8. Apêndice

Apêndice 1 - Percentual de mulheres por partido, por legislatura

<i>Partido</i>	52ª Legislatura		53ª Legislatura		54ª Legislatura		55ª Legislatura		Todas as Legislaturas	
	Percentual	Freq.	Percentual	Freq.	Percentual	Freq.	Percentual	Freq.	Percentual	Freq.
DEM*	7%*	6	8%*	5	5%	2	5%	1	6.6%	212
PCdoB	33%	4	38%	5	40%	6	40%	4	38.0%	50
PMDB	5%	4	10%	9	9%	7	11%	7	8.8%	306
PDT	5%	1	4%	1	7%	2	5%	1	5.5%	91
PP	2%	1	7%	3	9%	4	5%	2	5.8%	172
PR*	0%*	0*	8%*	2*	5%	2	12%	4	6.1%	132
PSB	9%	2	22%	6	14%	5	15%	5	15.3%	118
PSDB	9%	6	5%	3	6%	3	9%	5	7.0%	244
PT	15%	14	8%	7	9%	8	13%	9	11.6%	328
PTB	8%	2	0%	-	5%	1	8%	2	5.3%	95
PPS	0%	-	9%	2	0%	-	20%	2	6.8%	59
PSD	20%	1	0%	-	0%	-	0%	-	2.3%	43
PSC	0%	-	0%	-	12%	2	15%	2	10.0%	40
Outros	9%	1	7%	2	8%	3	8%	7	8.0%	162

Notas: O partido DEM oficialmente foi refundado em 2007 em substituição ao Partido Frente Liberal (PFL) e os números considerados nas legislaturas 52 e 53 na linha DEM são referentes ao PFL. O partido PRONA e o PL se juntaram em 2006 e formaram o PR, e os números exibidos nas legislaturas 52 e 53 na linha PR são referentes ao agregado PRONA e PL.

Apêndice 2 - Percentual de mulheres por UF, por Legislatura

	52ª Legislatura		53ª Legislatura		54ª Legislatura		55ª Legislatura		Todas as Legislaturas	
	Percentual	Freq.	Percentual	Freq.	Percentual	Freq.	Percentual	Freq.	Percentual	Freq.
<i>Unidade Federativa</i>										
AC	10.0%	1	10.0%	1	25.0%	2	10.0%	1	13.2%	5
AL	-	-	11.8%	2	15.4%	2	9.1%	1	9.4%	5
AM	12.5%	1	14.3%	2	10.0%	1	11.1%	1	12.2%	5
AP	8.3%	1	40.0%	4	44.4%	4	37.5%	3	30.8%	12
BA	5.0%	2	6.6%	4	2.2%	1	7.0%	3	5.3%	10
CE	3.7%	1	3.6%	1	3.8%	1	7.7%	2	4.7%	5
DF	9.1%	1	11.1%	2	18.2%	2	12.5%	1	12.5%	6
ES	16.7%	2	31.3%	5	36.4%	4	9.1%	1	24.0%	12
GO	10.0%	2	21.7%	5	19.0%	4	11.1%	2	15.9%	13
MA	9.5%	2	3.6%	1	7.7%	2	13.6%	3	8.2%	8
MG	5.1%	3	3.9%	3	3.2%	2	8.6%	5	5.1%	13
MS	-	-	-	-	-	-	12.5%	1	2.6%	1
MT	33.3%	4	6.3%	1	-	-	-	-	9.8%	5
PA	11.1%	2	13.0%	3	4.8%	1	17.6%	3	11.4%	9
PB	6.3%	1	5.0%	1	6.7%	1	-	-	4.6%	3
PE	-	-	2.8%	1	6.9%	2	6.7%	2	4.0%	5
PI	8.3%	1	5.0%	1	10.0%	1	7.1%	1	7.1%	4
PR	5.9%	2	4.1%	2	5.4%	2	5.6%	2	5.1%	8
RJ	13.0%	7	13.3%	10	9.8%	6	12.5%	7	12.2%	30
RN	18.2%	2	20.0%	2	22.2%	2	12.5%	1	18.4%	7
RO	10.0%	1	8.3%	1	9.1%	1	25.0%	2	12.2%	5
RR	22.2%	2	15.4%	2	9.1%	1	25.0%	2	17.1%	7
RS	10.8%	4	7.5%	4	5.3%	2	5.6%	2	7.3%	12
SC	5.6%	1	10.3%	3	9.5%	2	15.8%	3	10.3%	9
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SP	8.4%	7	7.1%	8	10.5%	9	9.0%	7	8.6%	31
TO	18.2%	2	15.4%	2	23.1%	3	37.5%	3	22.2%	10

Nota: A tabela contém dados de parlamentares titulares e suplentes que exerceram mandato e possuem registro de voto eletrônico no período de 2003 a 2017.

Apêndice 3 - Idade no início do mandato, por UF, 2002-2017

	Deputadas		Deputados		Total	
	Média	Obs. (N)	Média	Obs. (N)	Média	Obs. (N)
<i>Unidade Federativa</i>						
AC	41,0	5	48,1	33	47,2	38
AL	45,6	5	48,4	48	48,1	53
AM	41,8	5	51,8	36	50,6	41
AP	50,2	12	43,5	27	45,6	39
BA	50,3	10	52,1	180	52,0	190
CE	55,0	5	54,8	102	54,8	107
DF	51,8	6	52,6	42	52,5	48
ES	49,6	12	53,8	38	52,8	50
GO	55,2	13	48,4	69	49,5	82
MA	56,6	8	51,2	89	51,7	97
MG	54,4	13	51,6	244	51,8	257
MS	61,0	1	51,9	38	52,1	39
MT	53,0	5	51,2	46	51,4	51
PA	54,2	9	52,3	70	52,5	79
PB	65,0	3	47,9	62	48,7	65
PE	59,8	5	52,6	119	52,9	124
PI	43,0	4	55,4	52	54,5	56
PR	48,5	8	52,9	148	52,7	156
RJ	49,1	30	50,2	216	50,0	246
RN	55,0	7	49,4	31	50,4	38
RO	45,0	5	47,3	36	47,0	41
RR	51,3	7	49,8	34	50,0	41
RS	43,7	12	51,3	152	50,8	164
SC	49,9	9	52,7	78	52,4	87
SE	-	-	45,5	40	45,5	40
SP	51,9	31	52,4	328	52,3	359
TO	49,2	10	52,5	35	51,8	45

Nota: A tabela contém dados de parlamentares titulares e suplentes que exerceram mandato e possuem registro de voto eletrônico no período de 2003 a 2017.

Apêndice 4 - Idade no início do mandato, por partido, 2002-2017

	Deputadas		Deputados		Total	
	Média	Obs. (N)	Média	Obs. (N)	Média	Obs. (N)
<i>Partido</i>						
DEM	53,3	7	50,7	135	50,8	142
PCdoB	48,6	22	49,6	39	49,2	61
PDT	43,8	6	51,3	112	50,9	118
PEN	55,0	1	37,3	3	41,8	4
PFL	53,4	5	52,6	69	52,7	74
PHS	-	-	43,4	11	43,4	11
PL	42,0	1	47,6	43	47,5	44
PMDB	53,6	37	53,1	375	53,1	412
PMN	52,3	3	50,8	13	51,1	16
PMR	-	-	41,5	2	41,5	2
PP	43,1	11	53,3	195	52,7	206
PPB	-	-	52,3	4	52,3	4
PPS	46,6	7	52,0	58	51,4	65
PR	50,1	13	52,2	123	52,0	136
PRB	46,0	2	43,7	43	43,8	45
PRONA	-	-	58,5	2	58,5	2
PROS	46,0	1	53,4	15	52,9	16
PRP	-	-	44,3	7	44,3	7
PRTB	-	-	51,3	3	51,3	3
PSB	60,2	26	49,3	130	51,1	156
PSC	45,2	5	50,3	57	49,9	62
PSD	63,0	2	52,9	83	53,1	85
PSDB	44,8	19	52,3	269	51,8	288
PSDC	-	-	49,7	3	49,7	3
PSL	-	-	42,2	5	42,2	5
PSOL	41,0	3	53,2	16	51,3	19
PST	-	-	70,0	1	70,0	1
PT	52,6	51	50,2	351	50,5	402
PTB	50,3	9	54,3	135	54,0	144
PTC	26,0	1	39,5	6	37,6	7
PTdoB	38,0	3	43,0	8	41,6	11
PTN	44,0	2	57,0	2	50,5	4
PV	44,0	3	50,9	47	50,5	50
S.Part.	-	-	48,3	3	48,3	3
SDD	-	-	44,2	5	44,2	5
Solidaried	-	-	46,3	20	46,3	20

Nota: A tabela contém dados de parlamentares titulares e suplentes que exerceram mandato e possuem registro de voto eletrônico no período de 2003 a 2017.

Apêndice 5 - Teste de médias de voto por gênero, por UF

	Masculino	Feminino	P-Valor
<i>Unidade Federativa</i>			
AC	0,484	0,470	0,755
AL	0,490	0,354	0,062
AM	0,498	0,488	0,805
AP	0,491	0,465	0,417
BA	0,491	0,476	0,564
CE	0,480	0,473	0,876
DF	0,481	0,443	0,418
ES	0,498	0,462	0,219
GO	0,489	0,451	0,223
MA	0,475	0,511	0,412
MG	0,486	0,529	0,106
MS	0,506	0,548	0,647
MT	0,450	0,652	0,000
PA	0,495	0,483	0,729
PB	0,477	0,518	0,558
PE	0,500	0,454	0,322
PI	0,477	0,289	0,009
PR	0,472	0,466	0,856
RJ	0,483	0,478	0,794
RN	0,504	0,498	0,876
RO	0,471	0,506	0,394
RR	0,496	0,513	0,660
RS	0,477	0,492	0,587
SC	0,478	0,475	0,916
SP	0,475	0,483	0,674
TO	0,466	0,490	0,532
SE	0,525	-	-

Nota: A tabela contém dados de parlamentares titulares e suplentes que exerceram mandato e possuem registro de voto eletrônico no período de 2003 a 2017.

Apêndice 6 - Regressões em MQO: Determinantes do Voto em proposições com os três temas

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Mulher	0.00006 (0.00653)	0.000948 (0.00653)	0.00123 (0.00654)	0.00172 (0.00661)	0.000186 (0.00669)	0.00243 (0.00669)	0.00386 (0.00677)
Idade		0.00134 (0.00118)	0.00145 (0.00119)	0.00142 (0.00121)			0.00208* (0.00123)
Idade ao quadrado		-3.83e-06 (1.11e-05)	-4.39e-06 (1.11e-05)	-4.35e-06 (1.13e-05)			-1.10e-05 (1.15e-05)
Grau de Instrução							
Lê e Escreve			-0.0692* (0.0412)	-0.0701* (0.0412)			-0.0599 (0.0414)
Fundamental Incompleto			-0.0391* (0.0207)	-0.0474** (0.0211)			-0.0473** (0.0212)
Médio Incompleto			0.0250 (0.0244)	0.0271 (0.0245)			0.0231 (0.0246)
Médio Completo			0.00315 (0.0147)	0.00382 (0.0147)			-0.000757 (0.0149)
Superior Incompleto			0.0138 (0.0147)	0.0149 (0.0147)			0.00807 (0.0149)
Superior Completo			0.00853 (0.0135)	0.00741 (0.0136)			-0.00139 (0.0138)
Não Informado			0.0668* (0.0351)	0.0637* (0.0351)			0.0437 (0.0353)
Ocupação							
Advogado				0.0131 (0.0139)			0.0208 (0.0140)
Comerciante				-0.0123 (0.0196)			-0.00908 (0.0197)
Economista				-0.00575 (0.0186)			0.00744 (0.0188)
Empresário				-0.00931 (0.0144)			-0.00738 (0.0145)
Engenheiro				-0.00499 (0.0152)			-0.00405 (0.0153)
Médico				0.00475 (0.0143)			0.0116 (0.0144)
Professor				0.00334 (0.0154)			0.0143 (0.0156)
Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa				0.0370 (0.0233)			0.0417* (0.0234)
Senador, deputado e vereador				-0.00144 (0.0131)			0.00615 (0.0132)
Servidor público				-0.00511 (0.0172)			0.00163 (0.0173)
Outros				0.00801 (0.0133)			0.0135 (0.0134)
Partido							
PCdoB						-0.0268** (0.0134)	-0.0271** (0.0137)
PDT						-0.0372*** (0.0111)	-0.0383*** (0.0112)
PMDB						-0.0229*** (0.00805)	-0.0245*** (0.00811)
PP						-0.0247*** (0.00929)	-0.0246*** (0.00939)
PPS						0.0369*** (0.0138)	0.0339** (0.0138)
PR						-0.0480*** (0.00947)	-0.0482*** (0.00964)
PRB						-0.0280* (0.0167)	-0.0221 (0.0171)
PSB						-0.0211** (0.0103)	-0.0198* (0.0104)
PSC						-0.0596*** (0.0145)	-0.0579*** (0.0147)
PSD						0.00419 (0.0137)	0.00122 (0.0138)
PSDB						-0.0112 (0.00885)	-0.0118 (0.00894)
PT						-0.0407*** (0.00798)	-0.0422*** (0.00823)
PTB						-0.0279*** (0.0106)	-0.0321*** (0.0108)
Outros						-0.0220** (0.00958)	-0.0191** (0.00967)

Unidade Federativa

AL					0.00264		
					(0.0213)		
AM					0.0137		
					(0.0220)		
AP					-0.000714		
					(0.0218)		
BA					0.00849		
					(0.0170)		
CE					-0.00229		
					(0.0180)		
DF					-0.00454		
					(0.0212)		
ES					0.00634		
					(0.0203)		
GO					0.00164		
					(0.0189)		
MA					-0.00513		
					(0.0186)		
MG					0.00649		
					(0.0167)		
MS					0.0250		
					(0.0212)		
MT					-0.00982		
					(0.0213)		
PA					0.0121		
					(0.0188)		
PB					-0.00309		
					(0.0199)		
PE					0.0166		
					(0.0179)		
PI					-0.0106		
					(0.0205)		
PR					-0.00985		
					(0.0175)		
RJ					0.000355		
					(0.0168)		
RN					0.0203		
					(0.0229)		
RO					-0.00580		
					(0.0215)		
RR					0.0180		
					(0.0219)		
RS					-0.00364		
					(0.0174)		
SC					-0.00410		
					(0.0187)		
SE					0.0434**		
					(0.0216)		
SP					-0.00639		
					(0.0164)		
TO					-0.0110		
					(0.0220)		
Constante	0.484***	0.424***	0.412***	0.412***	0.482***	0.508***	0.423***
	(0.00197)	(0.0310)	(0.0337)	(0.0364)	(0.0156)	(0.00654)	(0.0371)
Observações	70,797	70,797	70,797	70,797	70,797	70,797	70,797
R-squared	0.000	0.000	0.001	0.001	0.000	0.001	0.002

Notas: A variável dependente é a dummy de voto "Sim". Erros padrão estão entre parênteses. As categorias omitidas das variáveis categóricas são: Ensino Fundamental Completo (Grau de Instrução); Administrador (Ocupação); DEM (Partido) e AC (UF).

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Apêndice 7 - Regressões em MQO: Determinantes do Voto em proposições com tema de Educação e Esportes

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Mulher	0.00008 (0.0120)	0.00166 (0.0120)	0.00177 (0.0120)	0.00278 (0.0122)	-0.00118 (0.0123)	0.00953 (0.0123)	0.0113 (0.0124)
Idade		0.000151 (0.00217)	0.000285 (0.00218)	0.000813 (0.00222)			0.00248 (0.00224)
Idade ao quadrado		1.37e-05 (2.02e-05)	1.32e-05 (2.03e-05)	7.82e-06 (2.07e-05)			-1.01e-05 (2.09e-05)
Grau de Instrução							
Lê e Escreve			-0.0443 (0.0747)	-0.0461 (0.0747)			-0.0231 (0.0746)
Fundamental Incompleto			-0.0172 (0.0377)	-0.0369 (0.0385)			-0.0297 (0.0384)
Médio Incompleto			0.0438 (0.0438)	0.0441 (0.0439)			0.0372 (0.0440)
Médio Completo			0.00831 (0.0267)	0.00636 (0.0267)			0.00427 (0.0269)
Superior Incompleto			0.0334 (0.0267)	0.0347 (0.0268)			0.0284 (0.0270)
Superior Completo			0.0169 (0.0244)	0.0172 (0.0247)			0.00470 (0.0248)
Não Informado			0.144** (0.0626)	0.138** (0.0626)			0.0673 (0.0628)
Ocupação							
Advogado				0.0452* (0.0263)			0.0647** (0.0264)
Comerciante				0.0133 (0.0366)			0.0187 (0.0366)
Economista				-0.0248 (0.0346)			0.00705 (0.0348)
Empresário				0.00796 (0.0274)			0.00533 (0.0274)
Engenheiro				0.0109 (0.0286)			0.0169 (0.0286)
Médico				0.0111 (0.0272)			0.0340 (0.0273)
Professor				0.00743 (0.0289)			0.0319 (0.0292)
Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa				0.104** (0.0434)			0.108** (0.0435)
Senador, deputado e vereador				0.0115 (0.0250)			0.0328 (0.0250)
Servidor público				-0.0106 (0.0323)			0.00737 (0.0323)
Outros				0.0309 (0.0254)			0.0462* (0.0254)
Partido							
PCdoB						-0.0875*** (0.0240)	-0.0894*** (0.0245)
PDT						-0.120*** (0.0196)	-0.121*** (0.0200)
PMDB						-0.0511*** (0.0145)	-0.0537*** (0.0146)
PP						-0.0690*** (0.0168)	-0.0694*** (0.0170)
PPS						-0.0340 (0.0244)	-0.0400 (0.0246)
PR						-0.105*** (0.0171)	-0.105*** (0.0174)
PRB						-0.120*** (0.0345)	-0.112*** (0.0351)
PSB						-0.0794*** (0.0185)	-0.0791*** (0.0187)
PSC						-0.118*** (0.0270)	-0.121*** (0.0273)
PSD						0.204*** (0.0281)	0.200*** (0.0282)
PSDB						-0.0286* (0.0157)	-0.0302* (0.0159)
PT						-0.0963*** (0.0142)	-0.0974*** (0.0147)
PTB						-0.0791*** (0.0188)	-0.0889*** (0.0193)
Outros						-0.0404** (0.0176)	-0.0351** (0.0178)

Unidade Federativa

AL						0.0107		
						(0.0397)		
AM						0.0184		
						(0.0402)		
AP						0.0218		
						(0.0406)		
BA						0.0197		
						(0.0316)		
CE						0.0129		
						(0.0334)		
DF						0.00842		
						(0.0391)		
ES						0.00221		
						(0.0374)		
GO						0.0152		
						(0.0349)		
MA						-0.00994		
						(0.0343)		
MG						0.0252		
						(0.0311)		
MS						0.0479		
						(0.0392)		
MT						0.0324		
						(0.0396)		
PA						0.0547		
						(0.0350)		
PB						0.0269		
						(0.0366)		
PE						0.0207		
						(0.0333)		
PI						0.00815		
						(0.0378)		
PR						-0.0121		
						(0.0324)		
RJ						0.0222		
						(0.0313)		
RN						0.0495		
						(0.0424)		
RO						0.0195		
						(0.0397)		
RR						0.0573		
						(0.0403)		
RS						-0.00888		
						(0.0324)		
SC						0.0188		
						(0.0348)		
SE						0.0653		
						(0.0399)		
SP						-4.06e-05		
						(0.0306)		
TO						0.0152		
						(0.0404)		
Constante		0.500***	0.452***	0.428***	0.398***	0.485***	0.560***	0.418***
		(0.00361)	(0.0571)	(0.0615)	(0.0667)	(0.0292)	(0.0116)	(0.0675)
Observações		21,101	21,101	21,101	21,101	21,101	21,101	21,101
R-squared		0.000	0.001	0.002	0.003	0.001	0.010	0.012

Notas: A variável dependente é a dummy de voto "Sim". Erros padrão estão entre parênteses. As categorias omitidas das variáveis categóricas são: Ensino Fundamental Completo (Grau de Instrução); Administrador (Ocupação); DEM (Partido) e AC (UF).

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Apêndice 8 - Regressões em MQO: Determinantes do Voto em proposições com tema de Saúde

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Mulher	-0.0177* (0.0105)	-0.0174* (0.0105)	-0.0159 (0.0106)	-0.0136 (0.0107)	-0.0174 (0.0109)	-0.00520 (0.0108)	-0.00155 (0.0110)
Idade		0.00388* (0.00198)	0.00365* (0.00199)	0.00307 (0.00204)			0.00348* (0.00206)
Idade ao quadrado		-3.15e-05* (1.85e-05)	-2.96e-05 (1.85e-05)	-2.53e-05 (1.90e-05)			-3.16e-05 (1.92e-05)
Grau de Instrução							
Lê e Escreve			-0.0945 (0.0674)	-0.0939 (0.0674)			-0.0898 (0.0674)
Fundamental Incompleto			-0.0342 (0.0328)	-0.0487 (0.0334)			-0.0504 (0.0336)
Médio Incompleto			0.0508 (0.0401)	0.0605 (0.0403)			0.0363 (0.0405)
Médio Completo			0.0230 (0.0234)	0.0262 (0.0235)			0.0159 (0.0237)
Superior Incompleto			0.0230 (0.0233)	0.0269 (0.0234)			0.0189 (0.0237)
Superior Completo			0.0340 (0.0213)	0.0292 (0.0215)			0.00937 (0.0217)
Não Informado			0.0934* (0.0546)	0.0895 (0.0546)			0.0811 (0.0548)
Ocupação							
Advogado				0.0355 (0.0243)			0.0455* (0.0244)
Comerciante				-0.0375 (0.0331)			-0.0366 (0.0331)
Economista				0.0236 (0.0316)			0.0370 (0.0318)
Empresário				-0.0142 (0.0254)			-0.0160 (0.0254)
Engenheiro				0.0177 (0.0262)			0.0140 (0.0263)
Médico				0.0236 (0.0250)			0.0320 (0.0251)
Professor				0.00543 (0.0264)			0.0259 (0.0266)
Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa				0.0718* (0.0385)			0.0806** (0.0386)
Senador, deputado e vereador				0.00974 (0.0231)			0.0163 (0.0232)
Servidor público				0.00640 (0.0296)			0.0185 (0.0297)
Outros				0.0196 (0.0235)			0.0241 (0.0235)
Partido							
PCdoB						-0.104*** (0.0215)	-0.108*** (0.0220)
PDT						-0.0344* (0.0177)	-0.0397** (0.0179)
PMDB						-0.0412*** (0.0127)	-0.0426*** (0.0128)
PP						-0.0144 (0.0147)	-0.0142 (0.0149)
PPS						0.0441** (0.0222)	0.0359 (0.0224)
PR						-0.0505*** (0.0151)	-0.0536*** (0.0153)
PRB						-0.0459 (0.0313)	-0.0461 (0.0320)
PSB						-0.0617*** (0.0168)	-0.0648*** (0.0170)
PSC						-0.115*** (0.0231)	-0.115*** (0.0235)
PSD						-0.199*** (0.0253)	-0.203*** (0.0254)
PSDB						-0.0140 (0.0143)	-0.0175 (0.0145)
PT						-0.0823*** (0.0126)	-0.0889*** (0.0130)
PTB						-0.0234 (0.0169)	-0.0264 (0.0173)
Outros						-0.0965*** (0.0164)	-0.0938*** (0.0166)

Unidade Federativa

AL					-0.00284 (0.0340)		
AM					0.0167 (0.0359)		
AP					-0.00878 (0.0349)		
BA					0.0164 (0.0274)		
CE					-0.00120 (0.0291)		
DF					0.0100 (0.0341)		
ES					0.0322 (0.0329)		
GO					0.0206 (0.0306)		
MA					0.0191 (0.0300)		
MG					0.0241 (0.0269)		
MS					0.0334 (0.0341)		
MT					-0.0136 (0.0344)		
PA					0.0167 (0.0304)		
PB					-0.0224 (0.0322)		
PE					0.0135 (0.0288)		
PI					-0.0163 (0.0330)		
PR					-0.00113 (0.0282)		
RJ					0.000866 (0.0270)		
RN					0.00644 (0.0373)		
RO					-0.0157 (0.0349)		
RR					0.0328 (0.0356)		
RS					0.0157 (0.0280)		
SC					-0.00531 (0.0299)		
SE					0.0690** (0.0351)		
SP					0.00171 (0.0264)		
TO					0.0171 (0.0361)		
Constante	0.440*** (0.00319)	0.327*** (0.0523)	0.302*** (0.0560)	0.309*** (0.0611)	0.431*** (0.0252)	0.487*** (0.0103)	0.367*** (0.0619)
Observações	26,635	26,635	26,635	26,635	26,635	26,635	26,635
R-squared	0.000	0.000	0.001	0.002	0.001	0.007	0.008

Notas: A variável dependente é a dummy de voto "Sim". Erros padrão estão entre parênteses. As categorias omitidas das variáveis categóricas são: Ensino Fundamental Completo (Grau de Instrução); Administrador (Ocupação); DEM (Partido) e AC (UF).

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Apêndice 9 - Regressões em MQO: Determinantes do Voto em proposições com tema de Direitos Civis, Direitos Humanos e Cidadania

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Mulher	0.0214*	0.0220*	0.0221*	0.0203*	0.0238**	0.00591	0.00443
	(0.0114)	(0.0114)	(0.0115)	(0.0116)	(0.0117)	(0.0117)	(0.0118)
Idade		0.00199	0.00224	0.00172			0.000933
		(0.00201)	(0.00202)	(0.00205)			(0.00207)
Idade ao quadrado		-1.03e-05	-1.19e-05	-6.70e-06			2.10e-06
		(1.90e-05)	(1.90e-05)	(1.93e-05)			(1.95e-05)
Grau de Instrução							
Lê e Escreve			-0.0815	-0.0805			-0.0626
			(0.0722)	(0.0722)			(0.0725)
Fundamental Incompleto			-0.0724*	-0.0656*			-0.0649*
			(0.0377)	(0.0383)			(0.0384)
Médio Incompleto			-0.0392	-0.0429			-0.0290
			(0.0431)	(0.0432)			(0.0434)
Médio Completo			-0.0418	-0.0427			-0.0338
			(0.0266)	(0.0266)			(0.0269)
Superior Incompleto			-0.0286	-0.0297			-0.0292
			(0.0266)	(0.0267)			(0.0270)
Superior Completo			-0.0415*	-0.0407			-0.0296
			(0.0246)	(0.0249)			(0.0251)
Não Informado			-0.0557	-0.0558			-0.0300
			(0.0666)	(0.0666)			(0.0672)
Ocupação							
Advogado				-0.0170			-0.0254
				(0.0222)			(0.0224)
Comerciante				0.0223			0.0320
				(0.0331)			(0.0332)
Economista				0.00108			-0.00816
				(0.0312)			(0.0313)
Empresário				-0.00992			-0.00222
				(0.0226)			(0.0228)
Engenheiro				-0.0221			-0.0208
				(0.0249)			(0.0251)
Médico				0.00105			-0.00334
				(0.0230)			(0.0232)
Professor				0.0262			0.0125
				(0.0253)			(0.0256)
Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa				-0.0429			-0.0375
				(0.0400)			(0.0402)
Senador, deputado e vereador				-0.00245			-0.00716
				(0.0205)			(0.0207)
Servidor público				0.00678			-0.00830
				(0.0281)			(0.0283)
Outros				-0.00395			-0.00712
				(0.0209)			(0.0210)
Partido							
PCdoB						0.128***	0.130***
						(0.0240)	(0.0246)
PDT						0.0478**	0.0468**
						(0.0204)	(0.0205)
PMDB						0.0339**	0.0326**
						(0.0148)	(0.0148)
PP						0.0102	0.00868
						(0.0168)	(0.0170)
PPS						0.100***	0.102***
						(0.0247)	(0.0249)
PR						0.0138	0.0140
						(0.0171)	(0.0174)
PRB						0.0389	0.0460*
						(0.0247)	(0.0253)
PSB						0.0779***	0.0815***
						(0.0182)	(0.0184)
PSC						0.0635**	0.0676**
						(0.0255)	(0.0258)
PSD						0.0421**	0.0440**
						(0.0206)	(0.0209)
PSDB						0.0105	0.0131
						(0.0159)	(0.0160)
PT						0.0798***	0.0796***
						(0.0148)	(0.0152)
PTB						0.0207	0.0173
						(0.0194)	(0.0197)
Outros						0.0517***	0.0531***
						(0.0162)	(0.0163)

Unidade Federativa

AL					0.00493 (0.0371)		
AM					0.00137 (0.0382)		
AP					-0.00928 (0.0380)		
BA					-0.00981 (0.0296)		
CE					-0.0184 (0.0314)		
DF					-0.0330 (0.0372)		
ES					-0.0180 (0.0353)		
GO					-0.0331 (0.0329)		
MA					-0.0263 (0.0328)		
MG					-0.0324 (0.0290)		
MS					-0.00719 (0.0369)		
MT					-0.0425 (0.0371)		
PA					-0.0334 (0.0327)		
PB					-0.00970 (0.0347)		
PE					0.0137 (0.0310)		
PI					-0.0186 (0.0361)		
PR					-0.0202 (0.0304)		
RJ					-0.0210 (0.0291)		
RN					0.00656 (0.0396)		
RO					-0.0240 (0.0371)		
RR					-0.0387 (0.0380)		
RS					-0.0205 (0.0302)		
SC					-0.0195 (0.0327)		
SE					-0.00817 (0.0373)		
SP					-0.0220 (0.0285)		
TO					-0.0739* (0.0381)		
Constante	0.519*** (0.00345)	0.444*** (0.0521)	0.475*** (0.0579)	0.491*** (0.0621)	0.539*** (0.0271)	0.479*** (0.0121)	0.460*** (0.0636)
Observações	23,061	23,061	23,061	23,061	23,061	23,061	23,061
R-squared	0.000	0.001	0.001	0.001	0.001	0.004	0.005

Notas: A variável dependente é a dummy de voto "Sim". Erros padrão estão entre parênteses. As categorias omitidas das variáveis categóricas são: Ensino Fundamental Completo (Grau de Instrução); Administrador (Ocupação); DEM (Partido) e AC (UF).

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Apêndice 10 - Regressão Logística: Determinantes de Voto em proposições com os três temas

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Mulher	1.000 (0.0261)	1.004 (0.0263)	1.005 (0.0263)	1.007 (0.0267)	1.001 (0.0268)	1.010 (0.0271)	1.016 (0.0276)
Idade		1.005 (0.00477)	1.006 (0.00480)	1.006 (0.00489)			1.008* (0.00496)
Idade ao quadrado		1.000 (4.45e-05)	1.000 (4.46e-05)	1.000 (4.54e-05)			1.000 (4.60e-05)
Grau de Instrução							
Lê e Escreve			0.755* (0.127)	0.752* (0.126)			0.784 (0.132)
Fundamental Incompleto			0.854* (0.0712)	0.826** (0.0702)			0.826** (0.0706)
Médio Incompleto			1.105 (0.108)	1.115 (0.109)			1.097 (0.108)
Médio Completo			1.013 (0.0596)	1.015 (0.0599)			0.997 (0.0595)
Superior Incompleto			1.035 (0.0559)	1.030 (0.0562)			0.994 (0.0549)
Superior Completo			1.057 (0.0622)	1.062 (0.0626)			1.033 (0.0619)
Não Informado			1.307* (0.184)	1.291* (0.182)			1.192 (0.170)
Ocupação							
Advogado				1.054 (0.0587)			1.087 (0.0611)
Comerciante				0.952 (0.0750)			0.964 (0.0764)
Economista				0.977 (0.0730)			1.030 (0.0776)
Empresário				0.963 (0.0556)			0.971 (0.0563)
Engenheiro				0.980 (0.0598)			0.984 (0.0604)
Médico				1.019 (0.0586)			1.048 (0.0607)
Professor				1.013 (0.0625)			1.059 (0.0661)
Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa				1.160 (0.108)			1.182* (0.111)
Senador, deputado e vereador				0.994 (0.0521)			1.025 (0.0542)
Servidor público				0.980 (0.0677)			1.007 (0.0700)
Outros				1.033 (0.0551)			1.056 (0.0567)
Partido							
PCdoB						0.898** (0.0482)	0.897** (0.0492)
PDT						0.862*** (0.0383)	0.858*** (0.0387)
PMDB						0.912*** (0.0294)	0.907*** (0.0295)
PP						0.906*** (0.0337)	0.906*** (0.0341)
PPS						1.159*** (0.0641)	1.146** (0.0637)
PR						0.825*** (0.0314)	0.824*** (0.0319)
PRB						0.894* (0.0600)	0.916 (0.0627)
PSB						0.919** (0.0379)	0.924* (0.0385)
PSC						0.787*** (0.0460)	0.793*** (0.0469)
PSD						1.017 (0.0557)	1.005 (0.0554)
PSDB						0.956 (0.0339)	0.954 (0.0342)
PT						0.850*** (0.0272)	0.844*** (0.0279)
PTB						0.894*** (0.0380)	0.879*** (0.0382)
Outros						0.916** (0.0351)	0.927** (0.0359)

Unidade Federativa

AL					1.011		
					(0.0861)		
AM					1.057		
					(0.0929)		
AP					0.997		
					(0.0869)		
BA					1.035		
					(0.0705)		
CE					0.991		
					(0.0715)		
DF					0.982		
					(0.0833)		
ES					1.026		
					(0.0833)		
GO					1.007		
					(0.0762)		
MA					0.980		
					(0.0731)		
MG					1.026		
					(0.0686)		
MS					1.105		
					(0.0937)		
MT					0.961		
					(0.0821)		
PA					1.049		
					(0.0791)		
PB					0.988		
					(0.0786)		
PE					1.069		
					(0.0765)		
PI					0.958		
					(0.0788)		
PR					0.961		
					(0.0673)		
RJ					1.001		
					(0.0673)		
RN					1.085		
					(0.0995)		
RO					0.977		
					(0.0840)		
RR					1.075		
					(0.0942)		
RS					0.986		
					(0.0686)		
SC					0.984		
					(0.0736)		
SE					1.190**		
					(0.103)		
SP					0.975		
					(0.0641)		
TO					0.957		
					(0.0845)		
Constante	0.937***	0.736**	0.702***	0.701**	0.930	1.032	0.733**
	(0.00739)	(0.0916)	(0.0948)	(0.102)	(0.0583)	(0.0270)	(0.109)
Observações	70,797	70,797	70,797	70,797	70,797	70,797	70,797

Nota: A variável dependente é a dummy de voto "Sim". As estimativas dos parâmetros do modelo estão expressas em Odds Ratio. As categorias omitidas das variáveis categóricas são: Ensino Fundamental Completo (Grau de Instrução); Administrador (Ocupação); DEM (Partido) e AC (UF).

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Apêndice 11 - Regressão Logística: Determinantes de Voto em proposições com o tema de Educação e Esportes

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Mulher	1.000 (0.0480)	1.007 (0.0484)	1.007 (0.0485)	1.011 (0.0493)	0.995 (0.0489)	1.039 (0.0513)	1.047 (0.0523)
Idade		1.001 (0.00871)	1.001 (0.00876)	1.003 (0.00895)			1.010 (0.00916)
Idade ao quadrado		1.000 (8.12e-05)	1.000 (8.16e-05)	1.000 (8.31e-05)			1.000 (8.45e-05)
Grau de Instrução							
Lê e Escreve			0.837 (0.252)	0.831 (0.250)			0.911 (0.275)
Fundamental Incompleto			0.933 (0.141)	0.862 (0.133)			0.885 (0.138)
Médio Incompleto			1.192 (0.209)	1.193 (0.210)			1.163 (0.208)
Médio Completo			1.034 (0.110)	1.026 (0.110)			1.017 (0.111)
Superior Incompleto			1.143 (0.122)	1.149 (0.123)			1.122 (0.123)
Superior Completo			1.070 (0.105)	1.071 (0.106)			1.019 (0.103)
Não Informado			1.799** (0.464)	1.757** (0.453)			1.343 (0.355)
Ocupação							
Advogado				1.199* (0.127)			1.302** (0.140)
Comerciante				1.055 (0.155)			1.080 (0.160)
Economista				0.905 (0.126)			1.030 (0.146)
Empresário				1.032 (0.113)			1.023 (0.114)
Engenheiro				1.044 (0.120)			1.073 (0.125)
Médico				1.046 (0.114)			1.150 (0.127)
Professor				1.030 (0.119)			1.140 (0.135)
Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa				1.518** (0.266)			1.557** (0.277)
Senador, deputado e vereador				1.047 (0.105)			1.144 (0.116)
Servidor público				0.958 (0.124)			1.032 (0.135)
Outros				1.132 (0.115)			1.208* (0.125)
Partido							
PCdoB						0.704*** (0.0681)	0.698*** (0.0690)
PDT						0.616*** (0.0490)	0.615*** (0.0498)
PMDB						0.814*** (0.0475)	0.805*** (0.0474)
PP						0.758*** (0.0514)	0.756*** (0.0520)
PPS						0.872 (0.0858)	0.851 (0.0844)
PR						0.656*** (0.0452)	0.654*** (0.0461)
PRB						0.616*** (0.0861)	0.638*** (0.0908)
PSB						0.727*** (0.0542)	0.727*** (0.0549)
PSC						0.622*** (0.0678)	0.614*** (0.0679)
PSD						2.545*** (0.331)	2.513*** (0.328)
PSDB						0.891* (0.0566)	0.885* (0.0571)
PT						0.679*** (0.0390)	0.676*** (0.0402)
PTB						0.728*** (0.0553)	0.699*** (0.0545)
Outros						0.850** (0.0604)	0.868** (0.0624)

Unidade Federativa

AL					1.044		
					(0.166)		
AM					1.076		
					(0.173)		
AP					1.091		
					(0.177)		
BA					1.082		
					(0.137)		
CE					1.053		
					(0.141)		
DF					1.034		
					(0.162)		
ES					1.009		
					(0.151)		
GO					1.063		
					(0.149)		
MA					0.961		
					(0.132)		
MG					1.106		
					(0.138)		
MS					1.211		
					(0.190)		
MT					1.139		
					(0.180)		
PA					1.245		
					(0.175)		
PB					1.114		
					(0.163)		
PE					1.086		
					(0.145)		
PI					1.033		
					(0.156)		
PR					0.953		
					(0.124)		
RJ					1.093		
					(0.137)		
RN					1.219		
					(0.207)		
RO					1.081		
					(0.172)		
RR					1.258		
					(0.203)		
RS					0.965		
					(0.125)		
SC					1.078		
					(0.150)		
SE					1.300		
					(0.208)		
SP					1.000		
					(0.122)		
TO					1.063		
					(0.172)		
Constante	1.000	0.824	0.751	0.664	0.942	1.275***	0.713
	(0.0144)	(0.189)	(0.185)	(0.178)	(0.110)	(0.0598)	(0.195)
Observações	21,101	21,101	21,101	21,101	21,101	21,101	21,101

Nota: A variável dependente é a dummy de voto "Sim". As estimativas dos parâmetros do modelo estão expressas em Odds Ratio. As categorias omitidas das variáveis categóricas são: Ensino Fundamental Completo (Grau de Instrução); Administrador (Ocupação); DEM (Partido) e AC (UF).

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Apêndice 12 - Regressão Logística: Determinantes de Voto em proposições com os três temas

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Mulher	0.930* (0.0400)	0.932* (0.0401)	0.937 (0.0404)	0.946 (0.0414)	0.932 (0.0413)	0.979 (0.0433)	0.994 (0.0447)
Idade		1.016* (0.00821)	1.015* (0.00825)	1.013 (0.00843)			1.014* (0.00860)
Idade ao quadrado		1.000* (7.53e-05)	1.000 (7.56e-05)	1.000 (7.74e-05)			1.000* (7.89e-05)
Grau de Instrução							
Lê e Escreve			0.664 (0.193)	0.665 (0.193)			0.676 (0.197)
Fundamental Incompleto			0.867 (0.118)	0.816 (0.113)			0.809 (0.113)
Médio Incompleto			1.099 (0.105)	1.114 (0.107)			1.069 (0.104)
Médio Completo			1.230 (0.200)	1.280 (0.210)			1.162 (0.192)
Superior Incompleto			1.099 (0.105)	1.117 (0.107)			1.082 (0.106)
Superior Completo			1.149 (0.100)	1.127 (0.0994)			1.040 (0.0932)
Não Informado			1.459* (0.322)	1.436 (0.317)			1.398 (0.314)
Ocupação							
Advogado				1.155 (0.114)			1.204* (0.121)
Comerciante				0.855 (0.116)			0.857 (0.118)
Economista				1.101 (0.141)			1.164 (0.151)
Empresário				0.943 (0.0976)			0.936 (0.0977)
Engenheiro				1.075 (0.115)			1.059 (0.114)
Médico				1.100 (0.112)			1.140 (0.117)
Professor				1.022 (0.110)			1.113 (0.122)
Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa				1.339* (0.209)			1.392** (0.220)
Senador, deputado e vereador				1.041 (0.0982)			1.069 (0.102)
Servidor público				1.026 (0.124)			1.079 (0.132)
Outros				1.083 (0.104)			1.104 (0.107)
Partido							
PCdoB						0.654*** (0.0581)	0.643*** (0.0584)
PDT						0.871* (0.0624)	0.852** (0.0621)
PMDB						0.847*** (0.0436)	0.842*** (0.0438)
PP						0.944 (0.0561)	0.945 (0.0571)
PPS						1.193* (0.107)	1.154 (0.105)
PR						0.816*** (0.0499)	0.806*** (0.0503)
PRB						0.832 (0.106)	0.830 (0.108)
PSB						0.779*** (0.0532)	0.769*** (0.0533)
PSC						0.623*** (0.0599)	0.624*** (0.0609)
PSD						0.425*** (0.0473)	0.417*** (0.0467)
PSDB						0.946 (0.0547)	0.932 (0.0547)
PT						0.716*** (0.0366)	0.697*** (0.0369)
PTB						0.911 (0.0622)	0.899 (0.0630)
Outros						0.675*** (0.0454)	0.682*** (0.0464)

Unidade Federativa

AL					0.989		
					(0.137)		
AM					1.070		
					(0.156)		
AP					0.965		
					(0.137)		
BA					1.069		
					(0.119)		
CE					0.995		
					(0.118)		
DF					1.042		
					(0.145)		
ES					1.140		
					(0.152)		
GO					1.087		
					(0.135)		
MA					1.080		
					(0.132)		
MG					1.103		
					(0.121)		
MS					1.145		
					(0.159)		
MT					0.946		
					(0.133)		
PA					1.070		
					(0.132)		
PB					0.912		
					(0.120)		
PE					1.056		
					(0.124)		
PI					0.935		
					(0.126)		
PR					0.995		
					(0.114)		
RJ					1.004		
					(0.110)		
RN					1.027		
					(0.156)		
RO					0.938		
					(0.134)		
RR					1.142		
					(0.165)		
RS					1.066		
					(0.121)		
SC					0.979		
					(0.119)		
SE					1.320*		
					(0.188)		
SP					1.007		
					(0.108)		
TO					1.072		
					(0.157)		
Constante	0.786***	0.494***	0.448***	0.460***	0.757***	0.950	0.577**
	(0.0102)	(0.106)	(0.103)	(0.115)	(0.0777)	(0.0397)	(0.147)
Observações	26,635	26,635	26,635	26,635	26,635	26,635	26,635

Nota: A variável dependente é a dummy de voto "Sim". As estimativas dos parâmetros do modelo estão expressas em Odds Ratio. As categorias omitidas das variáveis categóricas são: Ensino Fundamental Completo (Grau de Instrução); Administrador (Ocupação); DEM (Partido) e AC (UF).

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Apêndice 13 - Regressão Logística: Determinantes de Voto em proposições com tema de Direitos Civis, Direitos Humanos e Cidadania

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Mulher	1.089* (0.0501)	1.092* (0.0502)	1.093* (0.0503)	1.085* (0.0504)	1.101** (0.0518)	1.024 (0.0483)	1.018 (0.0486)
Idade		1.008 (0.00812)	1.009 (0.00817)	1.007 (0.00827)			1.004 (0.00837)
Idade ao quadrado		1.000 (7.61e-05)	1.000 (7.64e-05)	1.000 (7.74e-05)			1.000 (7.86e-05)
Grau de Instrução							
Lê e Escreve			0.721 (0.209)	0.724 (0.210)			0.777 (0.227)
Fundamental Incompleto			0.748* (0.113)	0.768* (0.118)			0.770* (0.119)
Médio Incompleto			0.854 (0.148)	0.841 (0.146)			0.890 (0.156)
Médio Completo			0.845 (0.0905)	0.842 (0.0903)			0.872 (0.0948)
Superior Incompleto			0.891 (0.0956)	0.887 (0.0954)			0.889 (0.0972)
Superior Completo			0.846* (0.0840)	0.849 (0.0852)			0.887 (0.0902)
Não Informado			0.799 (0.213)	0.799 (0.213)			0.886 (0.239)
Ocupação							
Advogado				0.934 (0.0831)			0.903 (0.0812)
Comerciante				1.094 (0.145)			1.137 (0.152)
Economista				1.004 (0.126)			0.967 (0.122)
Empresário				0.961 (0.0872)			0.991 (0.0907)
Engenheiro				0.915 (0.0915)			0.920 (0.0929)
Médico				1.004 (0.0926)			0.987 (0.0919)
Professor				1.111 (0.113)			1.052 (0.109)
Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa				0.842 (0.135)			0.860 (0.139)
Senador, deputado e vereador				0.990 (0.0815)			0.971 (0.0808)
Servidor público				1.028 (0.116)			0.967 (0.110)
Outros				0.984 (0.0824)			0.972 (0.0822)
Partido							
PCdoB						1.680*** (0.165)	1.694*** (0.170)
PDT						1.211** (0.0991)	1.206** (0.0996)
PMDB						1.145** (0.0678)	1.139** (0.0679)
PP						1.041 (0.0703)	1.035 (0.0706)
PPS						1.497*** (0.150)	1.509*** (0.152)
PR						1.057 (0.0727)	1.058 (0.0740)
PRB						1.168 (0.116)	1.202* (0.122)
PSB						1.367*** (0.100)	1.387*** (0.103)
PSC						1.290** (0.132)	1.312*** (0.136)
PSD						1.184** (0.0979)	1.193** (0.1000)
PSDB						1.043 (0.0666)	1.054 (0.0679)
PT						1.378*** (0.0818)	1.377*** (0.0842)
PTB						1.086 (0.0845)	1.072 (0.0848)
Outros						1.230*** (0.0798)	1.237*** (0.0810)

Unidade Federativa

AL					1.020 (0.152)		
AM					1.006 (0.154)		
AP					0.963 (0.147)		
BA					0.961 (0.114)		
CE					0.929 (0.117)		
DF					0.876 (0.131)		
ES					0.930 (0.132)		
GO					0.876 (0.116)		
MA					0.900 (0.118)		
MG					0.878 (0.102)		
MS					0.971 (0.144)		
MT					0.843 (0.125)		
PA					0.875 (0.115)		
PB					0.962 (0.134)		
PE					1.057 (0.132)		
PI					0.928 (0.134)		
PR					0.922 (0.112)		
RJ					0.919 (0.107)		
RN					1.027 (0.163)		
RO					0.908 (0.135)		
RR					0.856 (0.130)		
RS					0.921 (0.112)		
SC					0.925 (0.121)		
SE					0.968 (0.145)		
SP					0.916 (0.105)		
TO					0.744* (0.114)		
Constante	1.079*** (0.0149)	0.799 (0.167)	0.908 (0.211)	0.967 (0.241)	1.167 (0.127)	0.918* (0.0446)	0.854 (0.219)
Observações	23,061	23,061	23,061	23,061	23,061	23,061	23,061

Nota: A variável dependente é a dummy de voto "Sim". As estimativas dos parâmetros do modelo estão expressas em Odds Ratio. As categorias omitidas das variáveis categóricas são: Ensino Fundamental Completo (Grau de Instrução); Administrador (Ocupação); DEM (Partido) e AC (UF).

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1